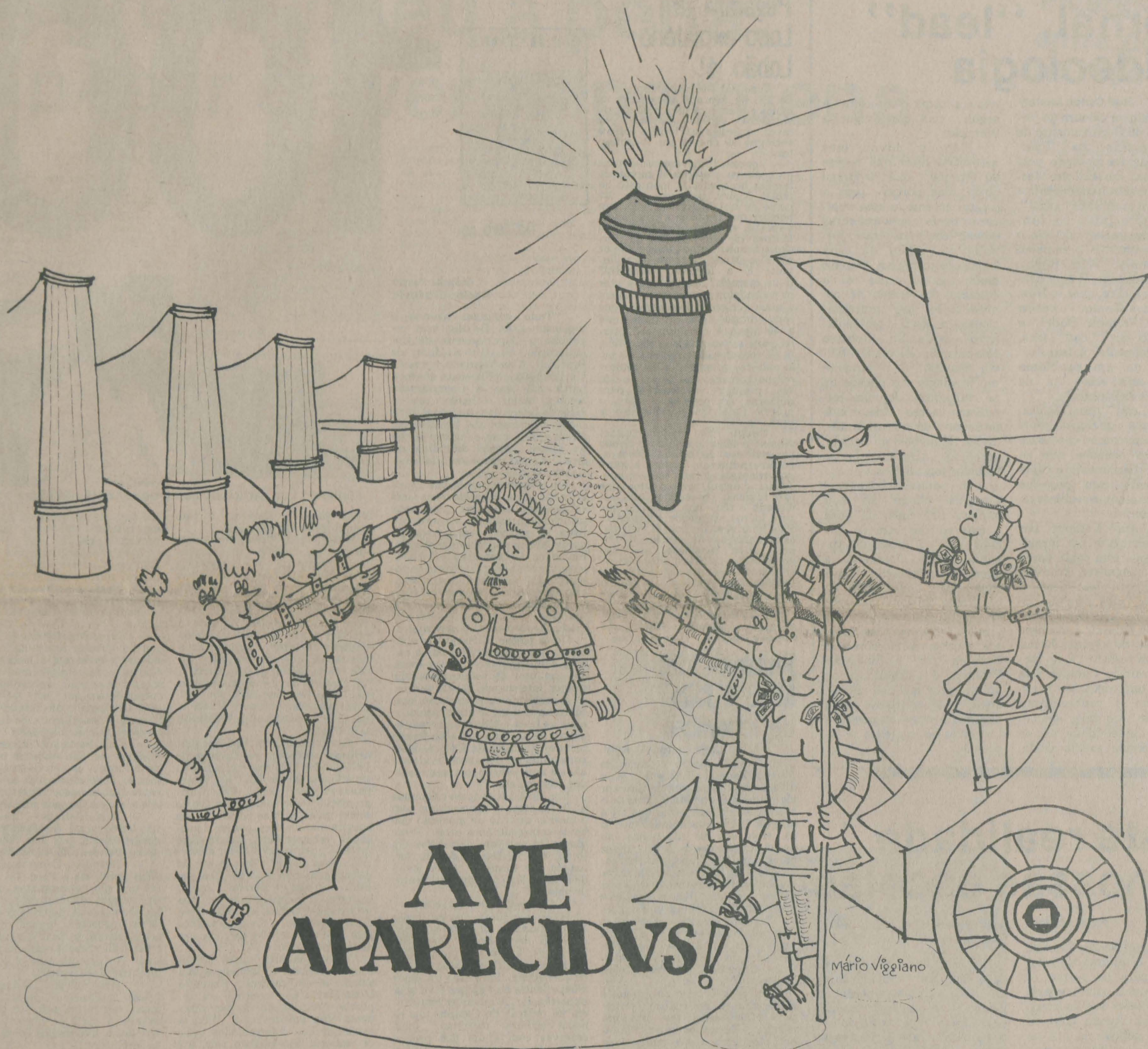


CONHEÇA A HISTÓRIA DA RÁDIO DESAPARECIDA



Desta vez parecia que ia dar certo. Desde fevereiro de 1986, a Universidade de Brasília solicitara ao Ministério das Comunicações reserva de um canal de FM para a instalação de sua Rádio, uma das mais antigas aspirações de toda a comunidade universitária. Em janeiro deste ano, a Funtevê, órgão do MEC, aprovou com louvores o projeto da Rádio UnB,

elaborado por uma Comissão integrada por professores e alunos. O canal destinado à UnB seria o 265E, classe B, criado por gestões da própria Universidade ainda em outubro de 1985, logo após a posse do reitor Cristóvam Buarque. Mas, de repente, a surpresa. No último dia 30 de abril, a imprensa local divulgou que aquele canal estaria já concedido ao Governo do Distrito

Federal. Leia na página 8 a reportagem completa sobre o misterioso "desaparecimento" do canal de rádio pleiteado — obedecidos todos os trâmites legais — pela UnB, envolvendo personagens como o governador José Aparecido, os ministros Antônio Carlos Magalhães e Jorge Bornhausen, além de outros. Conheça ainda as ações que estão sendo desencadeadas para impedir

que o GDF, que sequer elaborou o seu projeto, desapareça definitivamente com a Rádio UnB. Nesta edição, na página 5, leia também sobre como os conservadores estão tentando golpear, na Constituinte, as propostas de democratização dos meios de comunicação, entre elas aquelas que prevêm exatamente a transparência nas concessões de canais de rádio e televisão.

**CUSTA CARO
MANTER
ACESO O
FOGO
DA PIRA**

Página 7

**COMEÇA A
TEMPORADA
DE CAÇA AO
PICARETA**

Página 3

**Afinal, quais
foram os ganhos
da última greve?**

Página 3



Jornal, "lead" e ideologia

José Carlos Anatoly

Qualquer calouro de jornalismo do Departamento de Comunicação da UnB, depois de ter passado pela disciplina de Edição Jornalística, sabe o que significa a palavra americana "Lead", cujos princípios se fundamentam na regra dos cinco "W" e um "H", também americanos: Who (Que), When (Quando), Where (Onde), Why (Por quê) e How (Como). Como explica Nelson Werneck Sodré, a aplicação do "Lead" leva, inevitavelmente, à transformação de um problema social, cuja raiz está na estrutura da sociedade.

O "Lead", como técnica, transforma qualquer sinal de problema social constante em fatos isolados que se repetem diariamente e cujas raízes reais ficam apagadas sob os detalhes específicos de cada matéria.

O Jornal Campus, por ser basicamente um jornal-laboratório, tem como dever não só empregar técnicas jornalísticas das grandes empresas, mas também de colocar ao estudante condições de elaborar e analisar fatos que de alguma forma lhe dizem respeito. É no jornal-laboratório Campus que o aluno tem condições de expor todo o conhecimento adquirido nos seus quatro anos de universidade, não de uma maneira pasteurizada,

não em forma de "receita" a seguir, mas com vigor e vibração.

Não é novo, mas necessário dizer que nesses 30 últimos anos, o Brasil abriu suas portas para o capital externo, e essa abertura teve consequências desastrosas para o meio jornalístico. Além de uma legislação coercitiva, houve o mais grave, que foi o domínio dos meios de comunicação por multinacionais e seus "testas-de-ferro" (vide Sr. Roberto Marinho, Sr. Bloch, Sr. Silvio Santos). E o jornalista brasileiro aos poucos foi se transformando num jornalismo aéreo, frio, onde pressões de anunciantes, dívida de favores ao Estado, cerceam diretamente o trabalho jornalístico.

O jornal-laboratório Campus chega ao seu número 100 cheio de boas e más edições através dos anos sob os olhos do tubarão-reitor Azevedo e agora sob a mira da "Nova República", onde a falta de condições para a execução de um trabalho melhor, nos brinda todos os dias, mas nós, alunos e professores de Técnica de Jornalismo Periódico I e Estágio, nos unimos para que pelo menos aqui, o jornalismo seja legítimo e seja assegurada a liberdade de imprensa e expressão.

Pegaram um Lobo expiatório Lobão já!

Não dá! Definitivamente, não dá! Só dá vontade de arrumar as malas e ir embora para nunca mais voltar. O último que sair, por favor, apague a luz, feche a porta e entregue as chaves em Washington.

Venceu (?) novamente a velha e mediocre tradição e moral da família brasileira. O lobo está na jaula! Agora, pergunto eu: em nome de que moral se prende um homem que trabalha e cria honestamente, enquanto que os muitos ladrões de alto escalão, de colarinho branco, estão passeando por aí? E o Mário Garnero (Brasilinvest) E a ferrovia Norte-Sul? E os marajás? Isto, só para citar os escândalos mais recentes. Quem é mais perigoso? Um homem que toma drogas (elas só fazem mal a ele mesmo), num processo interno para a sua criação, que, aliás, já foi reconhecida pela crítica e pelo público, ou outro, aliás, muitos outros homens, que deram e dão um prejuízo incalculável para milhares de pessoas e para o próprio País? Quem é que deve ir para a jaula?

Chega de mediocridade! Abaixo a falsa moral! Se o Lobão se enchesse de bebida alcoólica, como inclusive fazem alguns governantes, ele não seria preso. Afinal, o álcool, como o fumo, que são tóxicos, são aceitos pela sociedade e têm uma indústria que gera lucros, empregos e impostos. Pela libertação do Lobão! Pela descriminalização da maconha! Por uma nova legislação, que não penalize os usuários, mas sim os traficantes de drogas! Pela verdadeira moral nacional! Deixem-nos em paz. Ele não vai querer mais revanche! Lobão Já!

(Militão Ricardo, Eumano, Paulo, Fernando, Marcão, Gisele, Ze Carlos e Andréia.)

Problema da MPB é falta de renovação

José Carlos Anatoly

"O rock tomou o lugar da Música Popular Brasileira", essa afirmação é quase sempre dita por alguns músicos da MPB. Tirando o marketing de lado, acho que foi a própria MPB que afundou por si só. Hoje em dia são poucas as novas tendências da MPB, talvez um Robson de Trapp, um Arrigo, um Robson Borba, mas a maioria ainda permanece usando e repetindo velhos clichês. Quem agüenta ouvir um disco inteiro de Fagner?

Não foi o rock que se apossou das paradas e sim a MPB que está caducando, que não se renova. Os melhores da MPB ainda são Cartola, Lupicínio, Cláudia Teles, Maysa.

"O rock é coisa de gringo, é representante do capital estrangeiro, dominado por multinacionais". Eu respondo perguntando: olhe para a sua roupa, veja quantas etiquetas gringas. O problema não está no rock, enquanto tendência musical, forma de expressão, mas na forma de como o utilizam e a MPB também é utilizada por essas mesmas multinacionais fonográficas.

Em termos de linguagem, não temos muito o que reclamar dos nossos grupos de rock, na sua maioria as letras empregadas são ácidas, corrosivas e inconformadas em relação ao sistema atual. É a urbanização, tomando conta da "cidadezinha" Brasília, a urbanidade, os problemas de uma metrópole já estão aqui. Não que esses garotos imitem grupos ingleses, não que repitam simplesmente seus estilos, mas que usam dessa urbanidade semelhante para falarem de seus anseios e problemas cotidianos.

Se agora fazer um grupinho de rock é modismo, é ceder ao sistema, deixa estar, deixa ser, já conheci muitos adolescentes na minha época que andavam com Che na camisa, cantavam Vandrê, participavam de DCE e hoje estão nos palácios Buritis e ministérios da vida, burocratizando, reprimindo e usando os velhos ternos de seus pais.



Do Zero ao

Cláudia Prado
Regina Elizabeth

"Tudo começou quando o professor Luiz Beltrão veio organizar o Departamento de Comunicação da Universidade de Brasília". Alan Viggiano, aluno da UnB de 1965 a 1970, conta que foi a partir daí que a Comunicação recebeu maior estímulo, com a ideia da criação de um jornal, uma rádio e oficinas de publicidade. Nesta época, com a "comunicação de massa" sendo difundida no Brasil, surgiu a expressão "Jornal-Laboratório".

As primeiras tentativas de se criar um jornal-laboratório na UnB esbarraram em dois problemas principais: recursos e periodicidade. A solução encontrada foi aproveitar os mimeógrafos já existentes na Universidade. O passo seguinte era a escolha de um nome, que surgiu por acaso numa discussão onde se buscava algo próximo à realidade universitária. Por sugestão do professor Manoel Vilela, foi aprovado "Campus".

Desta edição mimeografada, só saíram três números, o nome escrito com caracteres latinos (para dar um tom de sofisticação, um caráter intelectual). Ainda persistia o problema da reprodução, que continuava cara. Surgiu assim a ideia de fazer o "Muro", jornal impresso de um lado só e afixado nas paredes e murais da UnB. O ideal perseguido era dar aprendizado aos alunos num veículo que interessasse à comunidade.

Em 1970, surge então o Campus

nº 0, tal como o vemos agora, com o mesmo espírito de inovação que havia começado anos atrás. Nesse tempo, já existiam discussões em torno das vantagens de um jornalista ser formado numa faculdade ou se logo enfrentar o "campo de batalha".

A necessidade da prática Hoje, a maioria dos ex-alunos da Faculdade de Comunicação da UnB dessa época, como Hélio Doyle, Fernando Luz, Carlos Zarur e André Dusek, atua na área de Jornalismo. Para cada um deles a experiência no Campus teve uma importância. De qualquer maneira, era na redação do Campus que se podia elaborar matérias mais criativas com ajuda dos professores: "Era importante exercitar a Redação na Faculdade, pois não existia um clima favorável para isso nas redações de jornal", diz Fernando Luz, editor-chefe do Campus nº 0 em 70, e atual editor-chefe das revistas Brasil e Comércio Exterior.

Fernando lembra que seu primeiro trabalho como repórter do Campus foi uma entrevista com a atriz Leila Diniz, aqui em Brasília. "Estávamos muito nervosos por não saber a reação da Leila. Na noite anterior, ela tinha brigado com o marido, Ruy Guerra, e na manhã seguinte estava tomando sol na piscina do Hotel Nacional. Mas no final deu tudo certo. Ela foi muito simpática, quebrando aquele medo que todo jovem repórter tem".

Carlos Zarur, outro repórter do jornal-laboratório, hoje diretor da Radiobrás, entende que a vida acadêmica em geral está longe da realidade, mas também acha que ela é muito necessária: "O Campus deve ser livre dentro da UnB: um jornal feito pelos alunos, orientado

Arquivo



André Dusek viveu um período difícil na história do Campus

hegou o nº 100 do Campus! Mas, afinal, você que é da UnB, conhece alguma coisa deste jornal? Será que ele é feito por alunos, professores, departamentos, ou o quê?! O Campus surgiu com que finalidade? Qual a importância dele para a comunidade? A história do Campus é vasta. Por aqui já passou muita gente que hoje tá aí, no mercado de trabalho, batalhando, além dos que partiram pra outra, se desiludiram com a profissão. O mais importante disto tudo é tentar entender um pouquinho o processo que levou o Campus a ser como é hoje, a conhecer "de leve" os seus 20 anos de existência.

100

João Carlos



Fernando Luz participou como editor-chefe do número zero

tados pelos professores e com grande liberdade editorial".

Hélio Doyle, atualmente professor da UnB, trabalha no Campus, como orientador. Sua experiência neste jornal foi diferente, pois ele já trabalhava como redator do Correio Braziliense. "Eu achava o Campus distante da realidade. Ele tinha poucas edições durante o semestre, e com isso nós tínhamos condição de fazer matérias mais elaboradas, que não acontecia na vida diária de um grande jornal". Foi através do jornal-laboratório que Hélio foi convidado por seu então professor Manoel Vilela a trabalhar na sucursal de O Estado de S. Paulo.

André Dusek, da Agil Fotojornalismo, trabalhou no Campus de 1976 a 1979, e foi nele sua primeira experiência de jornal: "Eu acompanhava tudo: texto, foto e diagramação. Num semestre, às vezes saíam uma ou duas edições, e era sempre matéria fria, porque a gente não tinha condições de fazer uma matéria quente que iria sair dois ou três meses depois". No entanto, as dificuldades que o jornal Campus iria enfrentar seriam muito maiores, e culminariam no seu fechamento. Com o ex-reitor José Carlos Azevedo, o Campus passou pela fase mais crítica de toda sua história até então.

Como qualquer outro jornal daquele período, o Campus estava sujeito a um controle. Segundo Hélio Doyle, esse controle era implícito, funcionando muitas vezes como uma autocensura: "Nós já sabíamos que determinados tipos de matéria não podiam sair, até pelos riscos pessoais que cada um corria na época".

Finalmente, em 1977, o então reitor Azevedo decidiu cortar as verbas do jornal. Para ele não havia interesse algum em continuar com o Campus, que estava divulgando as ideias dos alunos. Somente neste ano, o Campus não saiu.

Apenas em 81, o movimento de alunos do Centro Acadêmico da Comunicação conseguiu pressionar a Administração da UnB para que o Campus fosse, enfim, quinzenal. Isto não quer dizer que sua evolução tenha parado por aí. Para o professor Vilela, o ideal deve ser um jornal diário.

O Campus e a UnB

O principal objetivo do Campus continua sendo proporcionar a experiência da redação aos alunos de Jornalismo. Atualmente, ele é matéria obrigatória dos últimos semestres. Os repórteres, fotógrafos e editores são os alunos destes cursos, sob a supervisão e orientação dos professores. Para

muitos, ele se constitui na única experiência prática enquanto universitários.

Mas até que ponto este jornal, com seus atuais três mil exemplares, praticamente dirigidos só à UnB, chega a influenciar a vida universitária? O que pensa a comunidade que lê o Campus (ou não lê)?...

— Hugo, Arquitetura — "Acho que ele é básico dentro da Universidade, porque ela é muito dividida, e o jornal proporciona a você, saber o que está acontecendo em outras áreas da UnB. Às vezes, você fica aqui o dia inteiro e não sabe que descobrimos coisa nova do outro lado do Minhocão".

— Luiz Fernando, Engenharia Elétrica — "Ele devia ter o papel de informar os estudantes da situação acadêmica, fora as coisas extra-Universidade. Pelo que vejo e leio, acho o Campus suficiente".

— Carla, História — "Eu quase não leio o jornal. Se chega no meu departamento, eu não sei, não tenho grandes conhecimentos".

— Dulcídio, Comunicação — "Em geral, ele é fraco. Os temas até que são interessantes, mas as reportagens são muito superficiais. Muitas vezes as matérias de fora já foram cobertas, muito melhor que grandes jornais. Eu acho que o nível do pessoal também não tá legal. As pessoas que eu conheço também pensam assim".

— Ana Lúcia, Tradução — "Acho interessante porque é um jornal que já faz parte da Universidade. À parte de gostar ou não, nos deixa informados sobre o que acontece aqui".

— Alex, Estatística — "O Campus é meio formal, perde a parte de ser um jornal-laboratório, mais criativo. Ele se prende à mesma diagramação formal, às mesmas reportagens com burocratas. Fica sendo um jornal como os que já tem na cidade, não experimental. Os estudantes tinham que tomar para si o jornal e 'barbarizar', cair na real!".

— Regina, Relações Internacionais — "Eu acho que o jornal é muito bem feito. Uma coisa nova. É uma pena que muita gente não se interesse. O jornal tem uma linguagem dinâmica, acessível, com matérias de interesse".

— Ana Cláudia, Relações Internacionais — "É um jornal que os alunos fazem, não tem muita censura, e tem assuntos que o pessoal daqui tem que saber. Acho que tá legal assim".

Liana, Biblioteconomia — "Eu acho o Campus 'hiperfraco', por que não chega a interessar os alunos. Só mesmo quem tá muito interessado chega a ler. Quem tá a fim de se informar pode até ler o Boletim, mas o Campus...".

— Onildo, Química — "Eu acho que devia politizar mais, dar um enfoque político bastante direcionado pra motivar a consciência do estudante quanto à mobilização, formação de DCE. O Campus devia ser um meio de conscientizar politicamente essas pessoas que vão sair daqui e assumir uma liderança, ou um partido político. O Brasil precisa muito de político decente".

— André, Administração — "O pessoal que eu conheço tem uma visão deturpada deste jornal, por achar que é de um grupo de esquerda. Mas uma hora ou outra tem alguém que escreve alguma coisa que dá pra ler".

Triste realidade de nossas escolas

Pedro Mansur

Falta de professores, falta de verbas para o mínimo material necessário para os alunos, o mato e a sujeira como cenário ao redor das salas de aula, ratos e cobras convivendo com os estudantes, deficiência até de instalações sanitárias nas escolas, uma falta de segurança que faz com que os professores, com medo, se recusem a trabalhar à noite. Esta é a realidade cotidiana de uma escola pública na cidade-satélite de Ceilândia, situada no Distrito Federal, que agora é palco do acontecimento em que a Nação deposita as suas esperanças de que o Brasil seja repensado e mudado: a Assembleia Nacional Constituinte.

Neste ano da elaboração da nova Constituição, a educação é um assunto que precisa ser levado a sério. Condição básica para o desenvolvimento de qualquer país, a educação no Brasil, infelizmente, tem sido relegada a segundo plano pelos governantes que nunca conseguiram enxergar que, para se construir um país, é necessário que se dê às instituições de ensino e aos educadores condições

básicas para o desenvolvimento da educação.

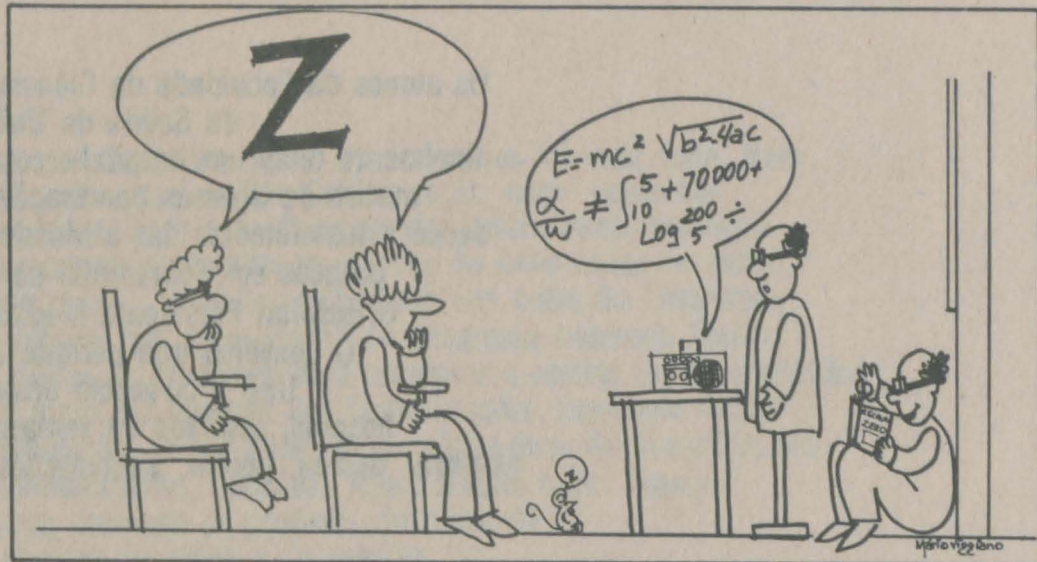
É somente através da educação que a população de um país, principalmente os jovens, terão os instrumentos necessários de participação e de contribuição para a construção de um novo país. É através da educação que a juventude pode adquirir uma consciência de soberania nacional, um sentimento de valorização e proteção da cultura e dos valores nacionais. Educando-se, o homem pode, através de um maior conhecimento da realidade, interferir nos rumos a serem tomados pelo seu país. A educação não pode ser considerada um simples sistema de formação de mão-de-obra, mas, um processo de interação do homem com o seu meio, uma forma de integrar o indivíduo à sua sociedade. Não se pode considerar também que através de uma política educacional que não emprega recursos e esforços suficientes, que deixa as escolas e universidades em uma situação de miséria, o país vá conseguir se livrar da grande dependência tecnológica e científica dos países do mundo desenvolvido.

Jornal-laboratório do Departamento de Comunicação da UnB

Editor-Chefe: José Carlos Anatoly
Editores: Ana Helena Rossi (Constituinte), Nilva Rios (Cidade), Renato Afonso Moreira (Cultura) e Roselle Amorim (UnB)
Repórteres e Redatores: Adriana Vasconcelos, Aliene Coutinho, Andrea Pereira, Andréa Quintiere, Astrid Carvalho, Augusto Rodrigues, Catia de Abreu, Ceci de Almeida, Cláudia Prado, Delmam Assis, Eumano Silva, Francisco Rodrigues, Francisco de Paula Filho, Giselle Chassot, Giuliana Morrone, Jaul de Castro, João Carlos Fontoura, Luiz Fernando Molina, Márcia Binder, Marcus Vinicius Bastos Lopes, Marden Ferreira, Maria Theresa Ribeiro, Mário Celso Tafari de Araújo, Militão Ricardo,

Paulo Cabral, Paulo C. Coêlho, Pedro Mansur, Raquel Flores, Regina Elizabeth, Ricardo Miranda Filho, Susana Dobal, Telma Regina Pavarino, Valéria Cristina Castanho, Valéria Borges, Valéria Mendes.
Repórteres Fotográficos: César Mendes, João Carlos Fontoura, Susana Dobal, Allan Kardec Milhomens e Marcus Vinicius Bastos Lopes.
Professores responsáveis: Hélio Marcos Doyle, Murilo César Ramos (reportagem, redação e edição), Luiza Venturelli (fotografia) e Maria Rita Leal (Projeto Gráfico e Arte)
Supervisor Gráfico: Chico Amaral
Ilustrações: Mario Viggiano e Ricardo Miranda Filho

UnB



Após 55 dias de greve dos professores e 33 dias de greve dos funcionários, a Universidade de Brasília volta às aulas, com o primeiro semestre estendido até o fim de agosto e o ano letivo terminando dia 23 de dezembro. A aprovação da reposição integral das aulas na última assembleia geral docentes foi ponto de discórdia entre alunos e professores, que visavam um melhor aproveitamento do semestre, com discussões sobre o ensino e a própria situação da UnB, já que os ganhos reais dessas greves foram apenas salariais. No entanto, a maior mobilização no movimento dos professores e funcionários deu força a esses segmentos, agora com mais respaldo para as negociações junto ao MEC.

A greve valeu a pena, apesar da verba pequena

Paulo Cabral
Thereza Tostes

Março, sexta-feira 13, a bruxa foi solta. Naquela manhã deflagrou-se a greve dos professores da Universidade de Brasília, que serviu de carro-chefe para o movimento nacional dos docentes. As universidades federais, autárquicas e fundacionais, decidiram pelo indicativo de greve nacional para o dia 25, motivados basicamente pelas seguintes reivindicações levantadas no último Congresso Nacional de Associações dos Docentes, CONAD: mais verbas para a universidade pública, como garantia ao ensino público e gratuito, aumento real dos salários dos professores, aposentadoria integral e contratação de mais docentes.

Março, segunda-feira 30. Estimulados pelos bons fluidos do mês, os funcionários da UnB entraram em greve com a mesma perspectiva reivindicatória do movimento docente, adequada à sua categoria. A partir do dia 25 de abril, a greve, antes centrada na UnB, Universidade Federal de São Carlos e Fundação Universidade Federal do Piauí, ganhou adesão de outras universidades e do movimento dos funcionários se fortaleceu.

Maio, segunda-feira 4. Os docentes e os funcionários, após, respectivamente, 55 e 33 dias de greve, decidiram pela volta ao trabalho, ainda com várias reivindicações pendentes. A greve foi suspensa e os professores e funcionários entravam em vigília permanente.

Maio, terça-feira 5, foi o dia da assembleia dos professores onde se votou a reposição parcial das aulas e a constituição de uma comissão para estudar a forma de reposição parcial e negociá-la com a administração.

Maio, quinta-feira 7. Assembleia dos professores onde se votou a reposição integral das aulas. Dia

Ibanez: "Esta foi sem dúvida uma das greves em que mais vantagens se conseguiu, principalmente em ganhos salariais."

traumático para alguns e de grande alívio para outros.

Ganhos e perdas

Segundo o professor Antônio Ibanez Ruiz, primeiro-secretário da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES) e professor de Engenharia Mecânica da UnB, esta foi sem dúvida uma das greves em que mais vantagens se conseguiu, principalmente no que se refere a ganhos salariais. Há, segundo ele, problemas que só poderão ser corrigidos na discussão do Plano de Cargos e Salários-PCS, como a questão dos incentivos para mestre e doutor, em que apenas o problema da livre docência foi resolvido. A professora Lia Zanotta, diretora do Instituto de Ciências Humanas, considera que a questão da titulação dá margem a muitas injustiças, principalmente em função das áreas de Artes, Medicina e Engenharia, onde não há tradição de titulação acadêmica, por ela não ser básica. Contudo, Lia adverte que o lado positivo da titulação é inegável, pois institucionaliza a forma de acesso à carreira universitária. Antes, segundo ela, a carreira era feita de acordo com o tempo de serviço ou promoção por mérito, o que não implicava necessariamente em pesquisa ou produção acadêmica.

Tanto os funcionários como os

professores conseguiram ter garantida sua representação, através de suas entidades nacionais, na comissão de elaboração da tabela para o PCS do Ministério da Educação-MEC. O movimento dos funcionários conseguiu com a greve a definição de seus pisos salariais.

Não se conseguiu avanço algum na contratação de professores e funcionários. A aposentadoria integral foi um ponto que, para os dois segmentos, só será resolvida na nova Constituição.

No item de mais verbas para as universidades públicas, nem professores nem funcionários foram muito felizes. O que se conseguiu foi a representação de suas entidades nacionais na comissão que estudará critérios para distribuição das verbas do MEC e um acréscimo, ainda para este ano, de 2,4% aos 10% cedidos no ano passado. Isso significa, segundo o professor Flávio Versiani, atual decano de Administração e Finanças, "cerca de três vezes mais do que os recursos concedidos no início de 87, mais um terço dos 220 que se pediu no ano passado". Esta verba é para o custeio da universidade e é calculada em proporção ao orçamento global. Assim, lembra o professor Ibanez, com a atual porcentagem (70% de titulação dos docentes, a UnB terá um aumento considerável na sua folha de pagamento, o que refletirá um sensível aumento na verba de custeio.

O reitor Cristóvão Buarque observou que a participação de representantes da comunidade universitária na comissão que estudará os critérios de distribuição das verbas do MEC é muito importante para apressar o estabelecimento dos novos critérios. Apesar de concordar com a pressa dos outros reitores, pois "também não temos mais recursos de manutenção da UnB, gastos que pagam luz, água e outros gastos", o resto não quer esperar muito tempo sem

tenha causado muita discussão. "Nós assumimos uma posição que sabíamos que era antipática para a maioria. Mas nós não abrimos mão do nosso compromisso com a transformação da Universidade. Mesmo assim, nós nos aproximamos de várias pessoas que pensam como a gente, mas estavam dispersos, sem estrutura para agir", diz Kleber.

Segundo Edilberto, a eleição do reitor Cristóvão Buarque foi pouco discutida antes. "Foi como eleição de síndico". Também depois a comunidade não discutiu nem elaborou um plano de administração. "Não é problema do próprio Cristóvão nem do cargo de reitor. É um problema dos intelectuais (entenda-se os professores e os estudantes) que cercam a administração e formam a instituição", acrescenta.

Quem assitiu à última assembleia dos estudantes viu os alunos do GERUnB utilizando a teatralização para criticar os seus adversários políticos de uma forma alegre, irreverente e irônica, porém não menos inteligente e contundente. E uma linguagem diferente na política. Sobre isto, Kleber declara o seguinte: "É uma prática política diferente das que estão aí, mas não é nova. Na década de 60 haviam coisas assim, que a gente procura resgatar através do estudo histórico. Nós já trazemos incorporadas idéias de outras gerações, como os hippies ou os punks, mas nós já temos a perspectiva de manter a radicalidade crítica, sem nos deixar massificar e diluir. Senão, em dois meses já não seremos mais contundentes".

Em meio às críticas que são feitas à geração 80, de ser inconsistente e diluída, surge um grupo que junta a seriedade intelectual com a alegria e a descontração. Kleber conclui: "A gente se engaja na luta pela transformação da sociedade não somente com o intelecto, mas com o coração. A gente utiliza elementos que também com o coração. Fazer política não é uma coisa necessariamente séria. Nós queremos 'detonar'! Mudar a sociedade para um mundo mais gostoso de se viver. A nossa revolução passa pelo tesão!"

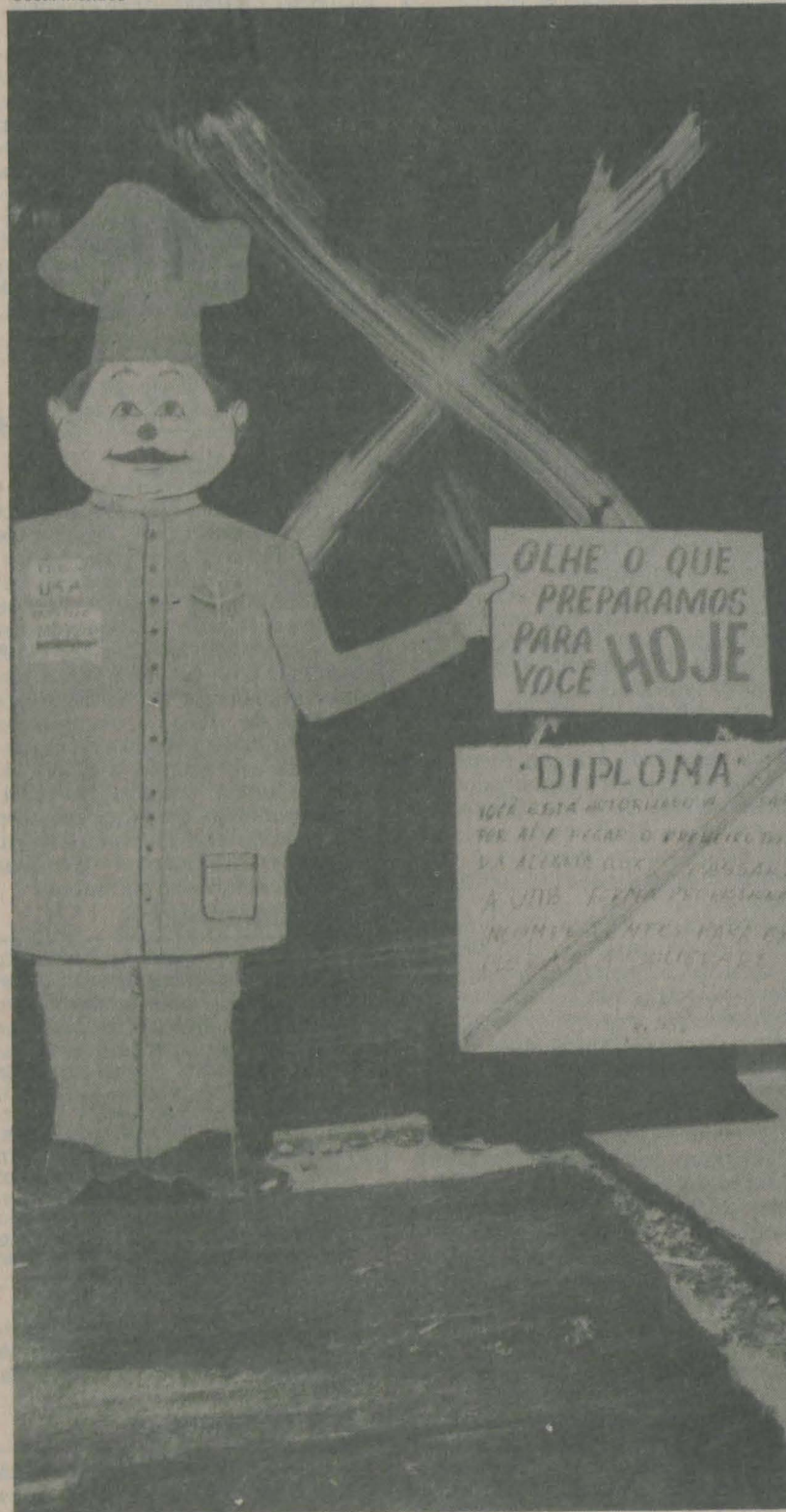
verbas: "Não posso aceitar a autorização imediata de verbas segundo os antigos critérios, como decidiram os demais reitores na última reunião do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, CRUB". De acordo com o professor Ibanez, estes critérios têm sido tradicionalmente clientelistas e por vezes eleitoreiros.

Os prejuízos financeiros existiram, disse o professor Flávio Versiani. As verbas são nominalmente fixas e isso faz com que aquilo que era comprado há um mês atrás, com a subida dos preços não se compra mais, e o prazo das licitações venceu. Com o serviço de Contabilidade, o de Material, da Tesouraria e da Diretoria de Recursos Humanos, os serviços essenciais foram mantidos, e alguns danos foram consideravelmente minimizados. No entanto, para Versiani, os prejuízos financeiros não abalam o grande ganho da greve, que foi a mobilização interna e a conscientização da realidade da universidade pública por todos seus segmentos.

A participação do setor estudantil, que havia sido mínima durante a greve, foi bastante considerável quando da discussão da volta às aulas — a questão da reposição integral ou não. Este foi um ponto traumático para muitos professores e alunos.

José Geraldo: "Oportunidade de retomar as aulas só tem uma forma de aferição; a decisão democrática da maioria".

Cesar Mendes



A crítica divertida e irônica ao baixo nível de ensino

'Picaretagem' entra de sola na reposição

Eumano Silva

No vocabulário de qualquer pessoa da UnB, a palavra "picaretagem" qualifica aquele professor ou aluno que, utilizando algum artifício, colabora para a queda da qualidade de ensino. Este foi um dos assuntos mais abordados durante a greve realizada no início do ano e tomou corpo com a possibilidade de aumento do fêmeno nos dois comprimidos semestres letivos que têm realização prevista até o final de 1987. No caso dos professores, os mecanismos usados para a ocorrência da "picaretagem" vão desde situações inquestionáveis como descumprimento de horário e frequência, até formas mais subjetivas, como o desinteresse em atualização das disciplinas.

Se os alunos são submetidos à avaliação semestral em cada matéria cursada, o mesmo não acontece com os professores que raramente são fiscalizados. Isto acontece, principalmente, por medo e omissão dos estudantes e pelo espírito corporativo dos docentes. Os alunos preferem não correr o risco de represálias após possíveis denúncias e os professores se escoram em sua "ética" para se protegerem.

Embora o semestre mal tenha começado, alguns casos de "picaretagem" já foram identificados. A disciplina "Anatomia e Fisiologia Humana", obrigatória para alguns cursos na área de saúde, só começou a ser ministrada na segunda semana de aula. No curso de Letras aconteceu fato semelhante: três disciplinas correram o risco de não serem oferecidas por falta de disposição dos professores.

"Pacto da Mediocridade"

Ao longo dos últimos anos, a UnB aprendeu a chamar "pacto da mediocridade", acordo entre professor e aluno em que um não cobra do outro com a condição de que não será exigido. O Departamento de Economia constitui uma rara exceção de reação a este pacto. No semestre passado, os alunos fizeram uma avaliação do corpo docente e os professores Leandro Lopes, Antônio Dantas e Joaquim Andrade foram "reprovados". A avaliação foi feita com critérios como conhecimento do assunto abordado, assiduidade e clareza na exposição da matéria. O Centro Acadêmico de Economia (CAECO) está realizando reuniões com os três professores e com a chefia do departamento para tentar resolver o problema. Segundo Jorge Thompson, vice-presidente do CAECO, os "reprovados" terão neste semestre a "chance" de se recuperarem e, caso isto não aconteça, haverá pedido de punição.

Outro caso bem-sucedido de luta contra a "picaretagem" ocorreu na Engenharia Florestal. Em agosto do ano passado, os estudantes invadiram a reitoria reivindicando, entre outras coisas, o afastamento de um professor, considerado incapaz de ministrar sua disciplina. Na opinião de um membro do Centro Acadêmico, após o episódio, o professor regene-rou-se.

No segundo semestre de 1985, uma avaliação semelhante à do CAECO foi realizada no Departamento de Comunicação. Embora vários problemas tenham sido levantados, os resultados não ultrapassaram as paredes do Departamento e nenhuma providência foi tomada. Fatos como este justificam a afirmação do decano de Ensino de Graduação, Paulina Targino, de que os alunos só aparecem para reclamar quando são reprovados em alguma disciplina. Segundo a professora Paulina, o Decanato nunca recebeu, por parte dos alunos, qualquer reclamação sobre descumprimento de horário ou frequência de professor.

Para o reitor Cristóvão Buarque, o que falta é um maior envolvimento de docentes e discentes no processo de ensino e aprendizagem, com cobrança mútua entre as partes. Cristóvão considera que uma das causas deste desinteresse é uma crise de idéias vivida pela sociedade, que não está encontrando solução para seus problemas.

O reitor aponta também a falta de recursos para intercâmbio entre as universidades e a compra de equipamentos como fatores agravantes do desinteresse.

GERUnB quer aluno fora da jaula!

Militão Ricardo

Parece que há algo diferente no movimento estudantil? Quem foi à última assembleia estudantil viu diploma em carrinho de supermercado e estudante na jaula. O que era aquilo?

Os alunos que fizeram aquela manifestação não estão ligados aos setores tradicionais da esquerda estudantil. Eles criaram o GERUnB — Grupo de Estudos para a Reformulação da UnB —, que está exercendo uma ação concreta, organizada, profunda e ganhando novos adeptos a cada dia. É uma nova geração de alunos que, sem perder a seriedade, atua de maneira mais descontraída, fazendo uma análise diferente da conjuntura estudantil no País.

O GERUnB foi criado em março deste ano a partir da proposta feita pelos alunos Kleber Chagas, da História, e Kelson Costa, da Geologia. A proposta do grupo é de, a todo o momento, enriquecer a discussão da reformulação da Universidade. A primeira fase do trabalho é o estudo de documentos, buscando aprofundar o conhecimento da estrutura da UnB. Eles estão comparando os três estatutos da UnB: o original, da época da fundação, o que foi modificado pelo reitor Azevedo e a atual proposta de estatuto da Reitoria. "O estatuto consagra as funções, os objetivos e as formas de organização do trabalho. É onde se articula tudo", declara Edilberto Campos, aluno de História. Trabalhando através do resgate da memória da UnB e utilizando a estrutura do CA de História, que possui um centro de documentação, o GERUnB está tentando articular a participação de mais alunos de outros departamentos, que possam fazer uma análise mais profunda dos estatutos, propiciando um entendimento correto de certas nuances financeiras, pedagógicas e jurídicas que não eram bem compreendidas. As reuniões são às terças-feiras, no CA de História, às 12:30h.

O grupo de alunos de vários cursos, como Engenharia Elétrica, Letras, Física, Antropologia, Processamento e outros. Eles têm em comum a vontade de promover

um processo efetivo de mudança na universidade e na sociedade, mas não se identificam com as bandeiras e os métodos da esquerda.

— Nós temos uma concepção diferente do movimento estudantil. Ele pode ser compreendido como uma produção político-cultural, que não precisa ser feita pela massa. É intervir na sua realidade de modo a encontrar respostas e resolver problemas. Eu critico certas práticas de movimento estudantil —, acrescenta Edilberto.

O Movimento Estudantil (ME) tem sido apenas o braço externo de um partido ou organização de fora da Universidade. Existe na esquerda uma "síndrome" de tratar o ME como movimento sindical operário, enquanto que ele tem características peculiares próprias. O estudante universitário é classe média, burguesia. Isto faz com que se tenha que usar outras maneiras bem diferentes de ação. O PC do B se julga a vanguarda do operariado e, ao mesmo tempo, vanguarda, da massa estudantil, que é na maioria, burguesa e reacionária. A esquerda não assume a contradição de classe social do estudante. Recusa-se a fazer uma análise sócio-ideológica e histórica da massa estudantil, considerando-a homogênea quando não o é. Eles reforçam uma visão mítica através de um resgate superficial da história. Na década de 60, os estudantes estavam ao lado dos trabalhadores lutando por liberdade e democracia, que são bandeiras burguesas. Depois das "Diretas Já!" cada segmento tomou um rumo diferente. A esquerda estudantil caiu num "democratismo ilusório". Nós achamos que, sendo estudantes revolucionários, temos que admitir ser minoria, dispares Kleber e Edilberto, criticando a diretoria atual da UNE, que é do PC do B.

No fim da greve deste semestre nasceu dos alunos do GERUnB a seguinte proposta de reposição de aulas: início das aulas em agosto e o início imediato de um semestre especial voltado prioritariamente para a Constituinte, a reformulação e reestruturação da UnB e sua integração com a comunidade. A proposta foi rejeitada, embora

Os alunos da Faculdade de Ciências da Saúde da UnB, finalmente terão um hospital-escola, motivo de diversas paralisações desde a transferência das atividades práticas em Sobradinho para o Hospital Presidente Médici. O convênio que permite à UnB a co-gestão deste hospital, assinado na semana passada, deixou, porém, insatisfações.

Fotos: Marcus Vinicius



UnB assina convênio e ganha hospital

Político e sociólogo

Como se comporta um intelectual numa Constituinte? Essa pergunta rondava a cabeça de muita gente, especialmente as interessadas em acompanhar o desempenho do sociólogo Florestan Fernandes, eleito pelo PT de São Paulo. E ele não decepcionou. Já na discussão em torno da soberania da Constituinte cobrou do seu ex-aluno, Fernando Henrique Cardoso, uma postura mais firme: "Fernando, como é que você vai continuar olhando pra mim?", inquiria. Resposta, meio sem graça, do ex-pupilo: "Professor, essa é a melhor solução". Não convenceu o mestre.

Embora durante todo o trabalho da Subcomissão de Educação Florestan tenha tido influente participação como constituinte, sua postura independente de intelectual o levou a cometer um pequeno erro. Propôs uma redação para o artigo que resumia o direito e os deveres do cidadão e do Estado em relação à Educação. Sua defesa foi brilhante. Mas, na hora de votar, o prurido do intelectual foi mais forte. Como autor da proposta, Florestan se considerou impedido de votá-la e absteve-se. Conclusão: a proposta não foi aprovada porque houve empate. Rapidamente, o sociólogo recebeu um providencial bilhete das entidades que acompanhavam a discussão do relatório, alertando que ele estava ali como constituinte, com direito a voz e voto, e não como intelectual. Votou em todas.

Outra de Florestan: indignado com a reduzida reformulação da proposta original do relator da Subcomissão de Educação, João Calmon, o sociólogo considerou a taxa de revisão apresentada — segundo Calmon, de 10% — pequena para a realidade do mercado brasileiro. Cláustico, não deixou por menos: "As taxas do comércio estão em torno de 20% por cento".

Por que discriminar?

* Nas duas últimas greves dos funcionários, os bolsistas e alunos do mestrado não receberam seus pagamentos em dia. Na comunidade universitária foram os segmentos discriminados, já que professores e funcionários continuaram recebendo seu salário regularmente. Por que a discriminação? No Natal do ano passado eles já haviam sido vítimas do corporativismo: só receberam no dia 27 de dezembro. Tá na hora de acabar com isso!

* E por falar em bolsas, vale uma pergunta: o chamado "gatilho salarial" só vale para quem recebe salários, é?

Constituinte na UnB

* Para ninguém reclamar: a Constituinte chega à UnB. Terça-feira, dia 2 de junho, a partir das 12 horas, no Anfiteatro 12, haverá um ato público em apoio à Proposta Popular de Emenda ao Projeto de Constituição sobre Reforma Agrária, Política Agrícola e Fundiária. Como se sabe, na atual fase dos trabalhos do Congresso Constituinte, emendas populares como no mínimo 30 mil assinaturas serão analisadas pelos constituintes. Mas, atenção: cada cidadão só pode assinar três propostas de emenda. Do debate, participam entidades ligadas ao movimento sindical e rural como a Contag, CUT, CGT, ABRA, CNBB e outras.



Presença de tarado no campus chama a atenção da comunidade para a precariedade de condições do serviço de vigilância da UnB.

Ataque de tarado dribla vigilância

Eumano Silva

O reinício das aulas foi marcado por uma sensível alteração no comportamento da comunidade universitária. Se, antes, percorrer os grandes espaços do "campus", era uma oportunidade de descontração, agora este sentimento foi, em boa parte, substituído pelo medo. A causa da mudança foi a recente divulgação da notícia de que um tarado havia atacado três pessoas dentro da universidade. O fato, somado aos constantes roubos de carros e equipamentos, levou estudantes, professores e funcionários a questionar a eficácia da segurança interna da UnB.

A preocupação aumenta se for levado em conta que o caso mais grave de tentativa de estupro ocorreu a menos de cem metros da central do Serviço de Proteção do Patrimônio (SPP), setor responsável pela vigilância no "campus". A vítima, uma professora da Faculdade de Educação, só escapou porque, mesmo sem voz, devido ao susto, conseguiu correr e pedir socorro a algumas pessoas que se encontravam em uma sala próxima. A mesma pessoa que a agrediu, um homem forte e moreno que se apresenta como surdo-mudo, atacou uma funcionária do Departamento de Sociologia depois de lhe oferecer chaves. Segundo Eliana Ramos, também funcionária do Departamento de Sociologia, este mesmo homem tentou agarrá-la há cerca de cinco anos. Para ela, tanto tempo de impunidade só é possível por causa da liberdade com que qualquer pessoa pode circular pela universidade e pelo pequeno número de vigilantes, o que inviabiliza o pedido de identificação a todos que frequentam o "campus".

A constatação de que há necessidade de mais vigilantes é compartilhada pelo chefe do SPP, Valdomir dos Santos. Um levantamento feito por ele recentemente revelou que o setor precisa de mais 66 homens para exercer suas funções com eficiência. Atualmente o efetivo é de 81 homens, remanejados, em 102 postos, em três turnos. A proibição de contratações, pelo Governo Federal, levou o reitor Cristóvam Buarque a fazer, há cerca de um ano, um pedido de excepcionalidade ao MEC. Até agora, a única certeza é a admissão

de mais dez pessoas através de um concurso que está sendo feito para preencher vagas já existentes.

Campanha

Se a solução total dos problemas ainda não é visível, os últimos acontecimentos levaram a administração da UnB a tomar algumas medidas. Desde a última semana, está circulando pelo "campus" um grupo de vigilantes à paisana, contratados para prestação de serviços e que tem como primeiro trabalho encontrar o já conhecido surdo-mudo. Outra providência é o início de uma campanha para a melhoria da segurança na UnB. O prefeito Érico Veidle considera que a segurança é um trabalho conjunto da universidade e cita, como exemplo, a necessidade de que as mulheres evitem andar ou permanecer sozinhas onde possam ser atacadas. Érico informou também que já está na Companhia de Eletricidade de Brasília — CEB um projeto de iluminação para os estacionamento, local frequentado assiduamente pelos ladrões de carros.

As deficiências na iluminação, no entanto, continuarão para quem anda pela UnB à noite. Neste aspecto, os maiores prejudicados são os moradores do Centro Olímpico e os usuários da biblioteca, que continuarão sendo obrigados a percorrer longas distâncias desertas e sem luz.

Para a professora Lia Zanotta, diretora do Instituto de Ciências Humanas, a segurança das pessoas deve ser garantida e, para isso, ela defende que seja reativada o sistema de identificação após às 18 horas. Este serviço foi suspenso porque os vigilantes eram mal recebidos por quem frequentava a universidade a partir deste horário. Lia sugere, também, que seja feito um esclarecimento para que o SPP não volte a enfrentar esse tipo de problema.

O prefeito Érico Veidle lembra, ainda, dificuldades encontradas pelos vigilantes, como a excessiva permeabilidade do espaço e a impossibilidade de se evitar o "vazamento" de chaves. Érico não descarta a possibilidade de adoção de medidas restritivas ao trânsito das pessoas, mas teme uma reação da comunidade que está acostumada com a liberdade do vulnerável sistema implantado atualmente.

Telma Regina Pavarino

Após várias greves da Faculdade de Ciências da Saúde da UnB e constantes tentativas de negociação, o convênio entre o Ministério da Educação e a Superintendência do Inamps foi finalmente assinado. Mas, apesar desse convênio permitir à UnB uma verdadeira co-gestão do Hospital Presidente Médici, alguns departamentos da Faculdade de Saúde, em especial o de Medicina Geral e Comunitária (MDG), ainda se dizem insatisfeitos com determinadas cláusulas do documento final.

Segundo o professor Josimar França, chefe do MDG, a grande reivindicação do departamento é que a co-gestão possibilite uma adequação do Hospital como núcleo de ensino: "O objetivo final nas reivindicações não é a co-gestão e sim a transformação do Hospital Presidente Médici em hospital-escola", afirma Josimar.

O chefe do MDG alerta ainda para o problema que a participação na administração do hospital poderia acarretar para a UnB: "O Hospital hoje, como estrutura, é um caos. A universidade, com a assinatura desse convênio, vai assumir também a responsabilidade na administração desse caos", declara Josimar.

Um outro ponto que também não ficou esclarecido pelo documento final é a questão da formação do colegiado que assumirá a direção do hospital. No termo aditivo, o colegiado deve ser formado por dois representantes do Ministério da Previdência Social, dois do MEC/FUB e um da Secretaria de Saúde. Para Josimar, isso não quer dizer que a UnB vá participar com os dois representantes: "O MEC, pelo fato de estar entrando com o dinheiro, pode querer uma das vagas, e mesmo que a UnB, assim participe, o termo não esclarece quem seriam eles. Poderia ser o reitor ou o diretor da Faculdade de Saúde, que engloba inclusive, o Departamento de Educação Física. E o que é que eles entenderiam da administração de um hospital?", indaga Josimar.

Melhor alternativa

Na opinião do diretor do Hospital Presidente Médici, Evane Soares, "os problemas são em grande parte devido à falta de um instrumental que permita a co-gestão". Na sua opinião, o hospital só tem a ganhar com esse convênio: "A presença da universidade com toda a sua estrutura é um ganho fantástico para o Presidente Médici. A UnB está trazendo recursos de toda ordem,

como equipamentos e recursos humanos", declara. Segundo o diretor, o MEC está entrando pela primeira vez com uma quantia dos gastos do hospital. "A ideia é que se amplie a margem de participação da universidade, em termos financeiros e inclusive complementar as atividades daqueles que aceitarem continuar no hospital: 'Os docentes terão também atividade assistencial e os médicos assistenciais, atividades docentes'".

Ainda durante as negociações para a assinatura do convênio, o próprio reitor, Cristóvam Buarque, mostrou-se favorável às reivindicações da Faculdade de Saúde,



"O hospital hoje, como estrutura, é um caos. Com a assinatura do convênio, a UnB assumirá também uma parte desse caos."

manifestando, inclusive, por escrito, seu total apoio à "suspensão das atividades até que a universidade disponha das condições necessárias para um funcionamento eficiente de seus cursos médicos". Cristóvam acredita que o convênio representa um enorme avanço para a universidade: "Pela primeira vez, desde Sobradinho, teremos um hospital-escola". Mas, pessoalmente, o reitor preferia que a UnB tivesse um hospital próprio: "O ideal seria um hospital menor, que não estivesse localizado no Plano Piloto, e sim nas cidades-satélites. Só assim prepararíamos melhor nossos alunos e estaríamos

acontece...

Video no almoço

O Núcleo de Vídeo está arrebatando nesse reinício de semestre, com projeções diárias às 12h e terças e quintas às 18:15h. Filmes como *A Mosca*, *Marvada Carne e Exterminador do Futuro* têm lotado o anf 15. A escolha dos filmes é feita democraticamente em votação nas sessões de vídeo. A organização ressalta que as sessões de segunda-feira são abertas a filmes independentes, culturais e musicais, podendo qualquer membro da comunidade usar este espaço. Maiores informações: Sec/Dar R/2324, com Celso ou Marcos.

De tudo no Anf 9

No anf 9, uma programação variada: segundas, espaço reservado para dança e teatro. Os interessados em se apresentar, procurar Sec/Dac; terças, "Canto de Encontro", uma proposta informal para alunos da UnB; quartas, reservado para o Departamento de Artes; quintas, "Quintas Musicais", que, em pleno vapor com o sucesso "Jam Session", da semana passada, apresenta nessa quinta 28, o grupo "Choro Livre", com Rêco do Bandolim. Semana que vem haverá um duo de flauta e harpa, Sextas, espaço para debates.

O horário de funcionamento do anf 9 é de 12 às 14h, sendo que as Quintas Musicais começam às 12:30h.

Som e Movimento

O Núcleo de Teatro que está sendo implantado na UnB inicia em junho suas atividades com o



No ar, 3º Reich

De 9 a 14 de junho o Cineclube mostra *O Terceiro Reich* no Filme da República Federativa da Alemanha. É uma série de longas metragens em 16mm, todos com legendas em português ou espanhol. Gerhard Schonberger, da Cinemateca de Berlim, introduzirá os filmes, responderá a perguntas e dirigirá debates com auxílio de intérprete. Programação: "Mein Kampf" (Minha Luta), de Erwin Leiser, dia 9, às 20:30h, e 10, às 18:30h;

"Die Kinder Von nr 67" (As crianças do nº 67), de Uschi Barthelmeßweller, dia 10, às 20:30h, e 11, às 18:30h; "Ein Tag" (Um Dia), de Egon Monk, dia 11, às 20:30h, e 12, às 18:30h; "Die Weisse Rose" (A Rosa Branca), de Michal Verhoeven, dia 12, às 20:30h, e 13, às 18:30h; "Deutschland Bleiche Mutter" (Alemanha Pálida Mãe), de Helma Sanders, dia 13, às 20:30h e 14, às 18:30h e finalizando "Unverschämliche Erinnerungen" (Memórias Irreconciliáveis), de Volkenborn, dia 14, às 20:30h. Compareça!

curso de teatro "Som e Movimento", ministrado pelo diretor Hugo Rodas, que dirigiu recentemente "O Rei da Vela". O curso terá duração de três meses, com duas turmas semanais de 12 às 14h e das 18 às 20h. Aos sábados, as turmas se fundem numa aula ao ar livre. Basicamente, o curso trata da expressão corporal as-

sociada com a voz no teatro. As inscrições estão abertas no Departamento de Desenho, com Dimer Monteiro. A taxa é de 17 cruzados. Vale lembrar que não é necessário experiência para participar. O Núcleo de Teatro oferece também oficinas de curta duração: de bonecos, com Jalbas Costa; de máscaras, com Marla

Jaul Ramalho

Spinoso e de cenografia e figurino, com Ricardo Torres. Maiores informações, Sec/Dac R/2324 com Tetê.

Fim das paixões

Está chegando ao fim o curso de extensão universitária. "Os Sentidos das Paixões", organizado na UnB pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas da Funarte. São debates diários ministrados por filósofos, jornalistas, poetas e professores, que mostram que a paixão não é apenas aquilo que o senso comum supõe, é complexa e abrange todos aspectos da atividade humana. No mês de junho, haverá debates sobre a paixão silenciada e a paixão revolucionária. De 2 a 9 de junho, às 20h, no anfiteatro 12, a entrada é franca. Participe e se apaixone!

Pratique esportes

AAAUnB e Asfub promovem opções esportivas e recreativas para alunos, ginástica estética, musculação, karatê, judô, capoeira e natação podem ser praticadas diariamente sob a mensalidade de Cz\$100. Horários: de 12 às 14h, todos; musculação, de 6 às 8h e de 18 às 20h; ginástica estética, de 18 às 20h; e natação, aos sábados de 9:30 às 11h e de 11 às 12:30h. Também há cursos representativos da UnB: Vôlei, basquete, handball, atletismo, futebol de salão e de campo, para os que desejam aprender e defender a UnB. Informações e inscrições na AAAUnB, R/2250.



Constituinte

A pressão do governo e das empresas foi mais forte. Nem Conselho Nacional de Comunicação, nem conselhos editoriais com a participação dos profissionais, nenhuma proposta democratizante passou. As concessões de canais de rádio e televisão continuarão nas mãos do Executivo, embora "ad referendum" do Congresso Nacional. Foram muitas as manobras para assegurar a derrota destas propostas: o irmão do ministro das Comunicações, deputado Angelo Magalhães, e a mulher do secretário-geral do Ministério das Comunicações, deputada Rita Furtado, tudo fizeram para preservar os poderes arbitrários do governo do irmão e do marido.

Pressões derrubam Conselho

Adriana Vasconcelos

Num clima tenso, a Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação aprovou no último dia 22 a emenda do deputado José Carlos Martinez (PMDB-PR). A emenda exclui do relatório entregue à Comissão da Família, da Educação, da Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação os artigos que previam a criação do Conselho Nacional de Comunicação e suas atribuições. A esse Conselho caberia o comando da política de concessões de canais de rádio e televisão, porém, o Congresso Nacional teria o poder de referendar ou não suas propostas. A Relatora da Subcomissão, deputada Cristina Tavares (PMDB-PE), com um parecer favorável à criação do Conselho, já encaminhou um recurso à Comissão Temática. Ela alega que a emenda aprovada não foi apropriada, pois previa modificação no artigo que atribuía funções ao Conselho e não naquele que o constituía.

Entre os parlamentares mais progressistas, esta seria a primeira vitória da ala conservadora da Constituinte. Porém, apesar do relatório final da Subcomissão conferir ao Executivo, referendado pelo Congresso, poder de outorgar concessões, autorizações ou permissões de serviços de radiodifusão sonora ou de sons e imagem, o relator da Comissão Temática, deputado Arthur da Távola (PMDB-RJ), afirma: "A luta pela criação do Conselho começa de novo na Comissão". Inclusive, o deputado Mendes Ribeiro (PMDB-RS), que votou contra o Conselho, afirmou que, na segunda fase, pode vir a votar a favor.

A votação seguiu seu ritmo normal até chegar ao artigo que institui a criação do Conselho Nacional de Comunicação. O presidente da Subcomissão, Aroldo de Oliveira (PFL-RJ), que é a favor da atual política de concessões na qual o presidente da República e o ministro das Comunicações detêm

tudo o poder, foi o causador dos primeiros tumultos.

A relatora Cristina Tavares levantou uma questão de ordem para votação de uma emenda, que só modificaria um artigo. O presidente da Subcomissão, não acatando esta questão, entrou com outra, alegando que cabia ao autor da emenda designar a quais artigos esta se referia. A partir desse momento, começaram as discussões e o plenário parecia pequeno demais para abrigar defensores de ideias contrárias. O senador Pompeu de Sousa (PMDB-DF) mostrava-se bastante irritado com a decisão do presidente Aroldo de Oliveira. A deputada Cristina Tavares, junto com outros parlamentares que apoiam a criação do Conselho, saiu do plenário em protesto contra a decisão da presidência, segundo Cristina Tavares, "o Conselho seria a forma mais democrática de evitar as atuais barganhas e chantagem políticas feitas pelos príncipes incumbidos de ceder ou não concessões".

José Carlos Martinez tomou o lugar da relatora que saiu. O deputado suplente do PMDB, Rodrigo Palma, foi procurado para participar da votação, porém a essa altura a aprovação da emenda já estava garantida.

De onze constituintes do PMDB, cinco votaram com a criação do Conselho. A deputada Cristina Tavares lembra que esta posição se chocou não só com o programa do PMDB, como também com a decisão do I Congresso Nacional do partido, que pede revisão do regulamento disciplinador das concessões de rádio e televisão, prevendo a criação de um Conselho de Comunicação. Cristina Tavares questiona: "De qual PMDB eles fazem parte?".

Porém, o grande articulador, em relação à manutenção da atual política de concessões, que esteve presente durante toda a votação do anteprojeto, foi o Ministério das Comunicações.

Negociatas envolvem rios de dinheiro

Ana Helena Rossi

A manutenção do direito de concessão para canais de rádio e televisão sob prerrogativa do presidente da República e do ministro das Comunicações significa inalterar a força política do Executivo.

A criação do CNC - Conselho Nacional de Comunicação retiraria da alçada do Executivo o poder das concessões. A sociedade civil organizada nas entidades mais diversas teria sua representação e consequentemente, sua participação garantida pela via constitucional.

Monopólio

A estrutura do sistema de comunicação baseia-se na concentração dos meios de comunicação. A legislação vigente faculta ao mesmo grupo econômico mais de um concessão. Tem-se, a partir daí, tanto ao nível nacional quanto regional exemplos diversos. De um lado, as Organizações Globo com jornal, rádio e televisão encabeçam a lista nacionalmente. De outro, em Brasília, por exemplo, o Correio Brasileiro, da rede dos Diários Associados detém o controle da rádio Planalto (AM e FM); o Jornal de Brasília do Grupo Jaime Câmara, dono da rede de emissoras de rádio e televisão em Brasília e Goiás, constituem exemplos a nível regional.

Arbitrariedades

Exemplo mais gritante não passa despercebido. Costuma-se dizer que a Rede Globo é o 4º poder institucionalmente constituído. Desde o seu nascimento em 1961, fruto de uma ofensiva generalizada do capital norte-americano no contexto latino-americano, a Rede Globo subordinada ao Grupo Time-Life, cumpriu seus desígnios. Concedida a partir dos mesmos ideais norte-americanos do movimento militar de 1964, o grupo desenvolveu-se apoiado no Executivo forte, livre de qualquer controle social mais amplo, garantindo, assim, a hegemonia do grupo a nível nacional.

A vida das organizações Globo demonstra, na prática, o que o Executivo forte, nas mãos de poucos, é capaz de realizar na área da comunicação: uma política anti-social, com práticas claramente entreguistas aos grupos econômicos estrangeiros. Uma das últimas negociatas do setor foi a transferência do controle acionário da NEC - empresa japonesa de tecnologia na área de informática - das mãos do empresário Mário Garrido para Roberto Marinho, dono das Organizações Globo, cujo mediador foi, nada mais, nada menos que o ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães. Em troca, do favor prestado, Roberto Marinho retirou da TV Aratu (BA) os direitos de transmissão do sinal da Rede Globo, concedendo-os à TV Bahia, de propriedade de família do Ministro.

E tem mais. Muito mais. Atualmente, está em marcha um plano, visando privatizar dos serviços de telefonia e dos correios e telégrafos por meio de

Comunhão entre o Ministério das Comunicações e os grupos econômicos do setor é o quadro atual do setor.

campanha, visando degradá-los. O primeiro passo deu-se recentemente quando Armando Aguiar, do grupo Bradesco, associou-se com Roberto Marinho numa empresa cujo objetivo é controlar a transmissão de dados do satélite doméstico brasileiro, em funcionamento, conforme denuncia Daniel Herz, autor do livro "A História Secreta da Rede Globo".

Implicações políticas

Estabelecer critérios mais amplos e democráticos, por intermédio do CNC, significa alterar as regras do jogo político no país, em muitos níveis, já que se parte do pressuposto que radiodifusão é serviço público de interesse de toda população. Em primeiro lugar, submeter o CNC ao Legislativo equivale fortalecê-lo, possibilitando maior controle da sociedade sobre o órgão. Em segundo lugar, democratizar os critérios de concessão por meio de discussões das entidades participantes do CNC. É, obrigatoriamente, o esvaziamento político do Ministério das Comunicações, principalmente do secretário-geral, Rômulo Vilar Furtado, no cargo desde o governo Geisel.



Os constituintes ouviram, mas não acataram propostas da FENAJ

Política de favores decide concessões

Marden Elias, Mário Tafari e Raquel Flores

A ideia de um Conselho Nacional de Comunicação - CNC - é antiga. Em 1984, várias entidades se reuniram e criaram a Frente Nacional de Luta por Políticas Democráticas de Comunicação, que desenvolveu propostas para democratizar o controle dos meios de comunicação no país, posteriormente encaminhadas à Comissão de Plano de Ação de Governo (COPAG), criada pelo então presidente eleito Tancredo Neves. Na verdade, o CNC já existe há muito tempo no Ministério das Comunicações. Não se reúne, no entanto, há mais de oito anos e apresenta um caráter apenas consultivo. O Governo da Nova República engavetou as sugestões que modificariam o sistema de concessões. A política de favorecimento continuou sob o controle do Ministério das Comunicações.

As entidades de classe do setor, como a Federação dos Jornalistas e dos Radialistas retomaram a discussão e elaboraram propostas independentes embora com princípios gerais muito próximos. A Frente Ampla também apresentou sugestões. Mas uma vez o CNC ganha destaque, gerando polémica em três níveis: 1) quanto às atribuições do CNC no tocante às políticas de comunicação; 2) quanto à competência do CNC para conceder ou outorgar exploração de serviços de radiodifusão; 3) quanto à composição política do CNC.

Pelo anteprojeto de Cristina Tavares, o Conselho teria a atribuição de estabelecer, supervisionar e fiscalizar políticas nacionais de comunicação, além de outorgar e renovar "ad referendum" do Congresso Nacional, autorizações e concessões para exploração de serviços de radiodifusão, sendo composto por 15 membros brasileiros natos em pleno exercício de seus direitos civis: três representantes das entidades empresariais, três entidades profissionais da área de comunicação, um do Ministério da Cultura, um do Ministério das Comunicações, dois da Comissão de Comunicação do Senado, dois da Comissão de Comunicação da Câmara, um de instituição universitária e um da área de criação cultural. Seriam eleitos por cada entidade representante designada pelo Congresso Nacional, para um mandato de dois anos, vedadas reeleições.

Acinte e escracho

O deputado Ulysses Guimarães é categórico: as concessões de canais de rádio e TV dependem da autorização da União. O deputado Alberto Caó (PDT-RJ) membro da Subcomissão, acha que a competência é exclusiva do Congresso Nacional. O senador Afonso Arinos (PFL-RJ), presidente da Comissão de Sistematização, considera que é competência do CNC a outorga e a autorização de concessões, mas ele sugere que o órgão seja composto por 11 membros, com maior participação da comunidade.

Critérios não existem

A Lei nº 4.117, de agosto de 1962, atribui ao presidente da República a outorga de concessões para emissoras de televisão e rádios de âmbito regional e nacional. Ao ministro das Comunicações, compete outorgar permissões de rádios locais, retransmissoras e repetidoras.

Não há propriamente uma concorrência entre as empresas que disputam uma concessão. Os interessados solicitam a abertura do canal. Se o Ministério das Comunicações considera a pretensão viável tecnicamente, publica um edital no Diário Oficial abrindo prazo de 45 dias para que os pretendentes apresentem seus projetos que são examinados sob o ponto de vista de viabilidade técnica. Considerados aptos, são encaminhados pelo ministro ao presidente da República, a quem cabe a decisão. Segundo o diretor do Departamento Nacional de Telecomunicações (Dentel), Rubens Bussaco, não existem procedimentos claros ou leis que regulem esta escolha. Para Bussaco, "este procedimento é legal e justo, já que a lei determina assim".

Recebendo a concessão, as empresas podem explorar os canais de rádio por 10 anos e os de televisão por 15 anos. Rubens Bussaco anuncia a existência de um estudo governamental para ampliar as consultas antes das concessões: o Rotary e o Lions seriam ouvidos.

Constituintes não querem lobby alienígena, admitem pressão e reclamam que a grande imprensa não divulga suas posições mais progressistas.

Ricardo M. Folho

CAMPUS - Como atua o lobby?

Cristina Tavares (PMDB-PE) - A defesa dos interesses respectivos, dos pontos de vista, faz parte da democracia. O que seria intolerável é se ouvesse pressão, ameaça. Sou obrigada a dizer, infelizmente, para decepcionar o auditorio, que não tive pressão sobre mim.

Fausto Rocha (PFL-SP) - O termo lobby tem duas significações. Primeiro: grupo de pressão. Este é aceito por todos os parlamentares dignos e corretos. E eu sei que, se não a totalidade, pelo menos a grande maioria do Congresso Nacional não aceitaria pressão de outra espécie, que poderia significar uma segunda interpretação do termo lobby, que é um termo alienígena, estrangeiro e que pode significar um tipo de submissão a interesses outros que não os da população brasileira.

Artur da Távola (PMDB-RJ) - A gente sai aqui no corredor da Câmara e recebe pressão de todos os lados e eu acho isso ótimo. Porque é um momento bonito da vida brasileira. Hoje o Brasil já tem uma organização popular, comunitária e profissional que se organiza, em matéria de pressão, as antigas formas de lobby, que eram apenas dos setores privilegiados do capital. Ou dos setores autoritários.

Esses anos de autoritarismo criaram uma espécie de circulação paralela, e como os partidos estavam impedidos de crescer, de atuar, a sociedade civil começou a se organizar. Acho bom o grupo de pressão franco, aberto, que é diferente do grupo de pressão sutil, que age por baixo, que não aparece. É importante o Parlamento sofrer pressão.

Olívio Dutra (PT-RS) - Os grupos de pressão estão representados dentro da própria composição da subcomissão. Tem deputados que são proprietários de meios de comunicação de massa. Ou são os ditos "comunicadores", que estão muito menos a serviço de sua categoria de radialistas e jornalistas e mais a serviço das empresas a que eles servem. A grande imprensa, por exemplo, não tem divulgado as posições mais progressistas que são defendidas dentro da subcomissão. É uma forma de exercer lobby e um tipo de pressão.

Pompeu de Sousa (PMDB-DF) - Eles sabem com quem falar e como falar com as pessoas. Não são burros. Eu não digo que não tenham coragem sequer de me abordar. Me abordam... mas com muita cautela, muito equilíbrio. Eles devem usar vários processos, conforme o caso. Quando se trata de alguém suscetível... depende do grau de suscetibilidade a que tipo de argumento.

CAMPUS - As atuais concessões devem ser revistas?

Cristina Tavares (PMDB-PE) - Eu acho que, por uma questão de decência, dever-se-ia suspender as concessões de rádio e TV pelo presidente da República. Ele deveria se julgar impedido. Mas, ao que se tem conhecimento, os familiares e amigos do presidente da República estão sendo altamente beneficiados pelas concessões de canais de rádio e TV.

Angelo Magalhães (PFL-BA) - Não vejo por que. Ninguém alegou que elas fossem viciadas, porque todas elas foram concedidas tendo em vista o código em vigor.

Angelo Floravante (PDS-SP) - Não. Há um investimento muito grande por parte do cidadão que ganha uma concorrência ou recebe um canal de rádio e televisão. Não é justo que ele tenha ganho isso através da legislação atual e depois seja submetido a uma revisão, podendo colocá-lo na rua de amargura.

Fausto Rocha (PFL-SP) - Se o Congresso entender que algumas concessões devem ser revistas, ele terá soberania para fazê-lo. Uma ou outra concessão que possa eventualmente ser considerada não interessante ou até nociva do ponto de vista da opinião pública nacional e não apenas na opinião declarada de alguns grupos minoritários, mas muito bem articulados, que ousam falar em nome de toda a sociedade.

Pompeu de Sousa (PMDB-DF) - Há uma certa restrição a uma revisão imediata, baseada nos princípios jurídicos do direito adquirido. O certo seria rever, mas nós não conseguiríamos aprovar.

Roberto D'Ávila (PDT-RJ) - Esse é um problema mais complicado. É evidente que houve nesses anos todos muitas distorções. Mas houve também muito investimento em muitas áreas. É preciso ser discutido. Revisto, mas discutido.

Censura disfarçada é nova arma do governo

Ana Helena Rossi

Conceder canal de rádio e televisão é prerrogativa do presidente da República, José Sarney e do Ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães. A estrutura do sistema de comunicação brasileiro é organizada de forma que o mesmo grupo econômico possua rádio, jornal e televisão, de modo que se tornam vulneráveis à censura governamental.

Exemplos recentes não faltam. "Notícias, só a favor", conforme declarou Getúlio Bittencourt, chefe da Secretaria de Comunicação da Administração Federal (SECAF), segundo publicou O Estado de S. Paulo, em 19 de maio de 1987. Por sinal, o mesmo que pressionou a Radiobrás a censurar o Jornal da Constituinte, por levar ao ar críticas ao Governo. A Radiobrás pressionou a produtora, a Apoio Vídeo que não aceitou a censura. Resultado: o Jornal da Constituinte está fora do ar. Além disso, a TV Brasília, pertencente a um grupo privado, Correio Brasileiro, perdeu publicidade governamental - Caixa Econômica Federal e Petrobrás - por levar ao ar uma entrevista com Leonel Brizola, num programa local. E por aí vai. Em São Paulo, o programa de entrevistas Jogo de Carta, apresentado pelo jornalista Mino Carta, saiu do ar, por pressões diretas do ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, junto à direção da emissora.

Publicidade é instrumento

O caminho encontrado pelo Governo para atingir seus fins políticos é pressionar os meios de comunicação pela publicidade. Com isso, atinge inclusive os meios em mãos de grupos privados. Orquestrando a onda de censura está a SECAF, "que conseguiu centralizar no Palácio do Planalto todas as autorizações para a liberação de verbas de publicidade do Governo, dos Ministérios e empresas estatais. Publicidade oficial só é liberada com sua assinatura. O montante dessa verba é de Cr\$ 18 bilhões mensais, cerca de US\$ 600 milhões", segundo Carlos Chagas, diretor da sucursal de O Estado de S. Paulo e professor do Departamento de Comunicação da Universidade de Brasília. Para atingir tal objetivo, a SECAF estruturou um departamento encarregado de ouvir e assistir o noticiário das rádios e televisões, além de recortar na imprensa, as notícias contrárias ao Governo.

Cobertura jornalística?

A cobertura jornalística pela grande imprensa da proposta defendida por Cristina Tavares, não poderia ser mais tendenciosa. Durante todo o tempo de discussão da proposta, o noticiário

Invoquei o Vocal: apesar da dificuldade de patrocínio, o grupo não desanima e ensaia diariamente na Escola de Música, mostrando que ainda é possível fazer MPB em Brasília. Na foto, da esquerda para a direita, o Invoquei: Ana Paula, Hortência, Livino, Maria, Goia e Lincoln.



A difícil luta pela MPB em Brasília

Márcia Binder

Ao contrário das evidências, a música de Brasília não se resume ao rock. Há jovens músicos da cidade que trabalham com outros estilos musicais, como a Música Popular Brasileira e a erudita. Mas, nesse momento, em que o rock de Brasília inegavelmente explode o Brasil, o que parece estar acontecendo com os músicos que não fazem rock é que ninguém mais fala sobre eles. O que se pode perceber é que praticamente inexistente divulgação da MPB de Brasília e o patrocínio de shows e discos, que sempre foi um risco — em relação ao retorno financeiro —, parece ser agora um verdadeiro ato de loucura.

As bandas de rock da cidade que ainda não conseguiram projeção nacional, continuam trabalhando para conquistar seus espaços. Espaços físicos como o Gran Circo Lar e o Circus Show já foram completamente conquistados pelos roqueiros, já que a maior parte dos shows nesses locais são de rock. Mas há outras conquistas, como a do público e a gravação de discos, porque a gravadora é o grande veículo que impulsiona o trabalho de qualquer músico.

O rock brasileiro, especialmente o brasiliense, está em ascensão, mas ainda há dificuldades para o músico de rock. Se viver de rock em Brasília está difícil, as perguntas são: como está a situação do músico de MPB em Brasília? O que ele pensa sobre o crescimento do rock da cidade? Há espaço para todos?

Lincoln Andrade, músico há 13 anos, trabalha basicamente com a MPB. Ex-regente do extinto coral-teatro Tonto de Tanto Canto, Lincoln é flautista, cantor e um dos fundadores do Invoquei o Vocal, grupo vocal composto por seis pessoas, cujo maior objetivo é divulgar a MPB. Na opinião de Lincoln, Brasília surgiu como a capital brasileira do rock "até mesmo por motivos econômicos". Ele explica: uma guitarra, por exemplo é muito cara, mas os roqueiros de Brasília têm um certo poder aquisitivo.

Decadente e descartável

Lincoln aninha o rock brasileiro como decadente e descartável. "Não o movimento musical, mas a música em si", explica. Quanto à MPB, Lincoln diz que é preciso sentar a cabeça para pensar e renovar, porque o que falta é renovação. Na opinião do músico, o rock não chega a atrapalhar a música popular da cidade, já que "não é mais difícil do que sempre foi", inclusive para os músicos de rock.

Para Lincoln, a pior batalha do músico de Brasília é o patrocínio. O Invoquei o Vocal, por exemplo, está lançando uma campanha que conta com cinco outdoors espalhados pela cidade, cujo slogan é: "O Invoquei o Vocal vai ficar gravado na memória. O mais novo disco no céu de Brasília. Patrocine você também".

Outro músico da cidade que vive, ou como ele diz "sobrevive" de música, é Luciano Fleming, que concorda com Lincoln Andrade quanto à qualidade da MPB feita aqui. Luciano cita o grupo brasiliense Liga Tripa como exemplo de originalidade, além de Invoquei o Vocal que, na opinião do músico, tem conseguido uma resposta positiva do público de Brasília e do Brasil.

Luciano analisa a situação da MPB em Brasília, depois da explosão do rock, da seguinte forma: "A Fundação Cultural do DF dá um apoio mínimo ao músico de MPB da cidade; as rádios não querem ouvir falar e muito menos tocar alguma música nova que não seja rock ou não tenha um ritmo dançante, a não ser a Rádio Nacional FM, que ainda dá alguma atenção ao músico de MPB; quanto aos palcos, os únicos que sobram estão nos bares da cidade e na Sala Funarte".

Violonista, compositor e arranjador, Fleming classifica como normal, até certo ponto, que a divulgação, o patrocínio, o apoio em geral recaiam sobre quem vende mais. E quem está vendendo mais é o rock, afirma. Mas, "há uma boa MPB sendo feita em Brasília e isso não pode ser ignorado por ninguém", finaliza Luciano Fleming.

Andréa Moraes

No passado a cultura negra era marginalizada e tida como gesto de rebeldia dos escravos. Agora, em pleno 1987, vemos as influências se transformarem em moda, em produto de consumo da cultura branca capitalista. O que ocorreu desde o descobrimento do Brasil até este pseudo-reconhecimento do valor da cultura negra em nosso País?

Para se iniciar uma discussão sobre cultura negra no Brasil, não há como deixar de fora o surgimento e a evolução dos movimentos e entidades de resistência que questionavam a posição social do negro. Os quilombos que abrigaram os escravos fugitivos foram, sem dúvida alguma, as primeiras organizações que lutaram pela valorização de uma cultura forte e significativa para um país que conta com mais de 60% de negros, mulatos e mestiços em sua população.

Segundo Maria das Graças Santos, militante do Movimento Negro Unificado, mesmo com o sucesso dos quilombos, o movimento negro só começou a crescer no Brasil depois da abolição da escravatura. Em 1931 surgiu em São Paulo a Frente Negra Nacional, que conseguiu juntar mais de 70 mil filiados em todo o País em torno de propostas que questionavam a discriminação racial e a marginalização do negro. A Frente Negra Nacional teve suas atividades encerradas durante a época do Estado Novo de Getúlio Vargas, já que devido à sua grande penetração havia se transformado em partido político.

Depois disso, só em 1944 surgiu outra entidade em prol do reconhecimento do negro na sociedade. Foi o Teatro Experimental do Negro, fundado pelo ex-deputado Abdias do Nascimento, que tinha como preocupação maior a questão cultural e a discriminação racial no Teatro e na literatura. O movimento parecia então crescer mais a cada dia, até que a partir de 1964, todas as entidades negras passaram a ser conside-

radas subversivas. Nesta época, segundo Maria das Graças, o movimento negro se voltou para as atividades recreativas e de lazer, pois era a única forma de camuflar uma luta que não podia deixar de existir.

Em 1975, o movimento ressurge com força total através do IPCN, Instituto de Pesquisas da Cultura Negra, colocando em debate no Rio de Janeiro as questões político-culturais do negro. Mais tarde, em 1978, uma série de casos de racismo dá origem em São Paulo ao Movimento Negro Contra a Discriminação Racial, que logo se transformou no Movimento Negro Unificado. Desde então, todas as entidades que surgiram, e continuam surgindo, estão propondo uma reavaliação da história do negro no Brasil, para que seja derrubado o mito da democracia racial que nunca existiu no País.

Ao se questionar sobre a questão cultural, Maria das Graças (MNU-DF) afirma que não há como discriminar uma cultura negra em um país com fortes raízes africanas na formação de sua

população. Ela prossegue dizendo que em alguns momentos pode-se até pensar que a cultura negra é valorizada, mas no fundo essa valorização não passa de mais uma estratégia mercadológica de um país que se diz branco, mas vende no exterior, feijoadas, o samba e as mulatas como souvenirs e atrações turísticas do Brasil. Não é objetivo dos movimentos negros ter a sua cultura festejada, aplaudida e elogiada pela crítica, para Maria das Graças, a questão do atual "boom" da negritude é simplesmente mais um golpe de mestre da indústria cultural como alternativa de consumo para a sociedade capitalista.



— O "boom" da negritude: mais uma armadilha da indústria cultural?

AUMENTO DE 100% À VISTA.

Pra você ver, o Campus chegou ao número 100, com um aumento de 100% no seu tamanho. Deixou de ser tablóide para alcançar o tamanho standard, como os grandes jornais. Parabéns a toda essa turma que em cem edições criou, experimentou, informou, sem nunca deixar a peteca cair.

Esperamos que em breve o pessoal de hoje alcance o mesmo vôo dos grandes profissionais que já fizeram escola aqui. E que o Campus prossiga sua luta como jornal-laboratório, apostando na moçada que entra para que, em suas próximas cem edições, continue sendo — sem dúvida — um jornal cem por cento.

HOMENAGEM DA PUBLICIDADE A UM JORNAL QUE NÃO DEPENDE DELA.

CRAI

País e alunos esperaram ansiosos várias semanas pelo fim de uma greve dos professores da Fundação Educacional do Distrito Federal por melhores salários. Mas o problema do péssimo ensino oferecido à comunicadade não se resume apenas à questão salarial dos professores. A falta de recursos, a situação caótica das escolas e o desinteresse das autoridades em melhorar a situação formam um quadro alarmante que mostra a inoperância do sistema de educação pública do Distrito Federal e do País.

Na Ceilândia, pobreza faz parte do currículo

Pedro Mansur
Giselle Chassot

"Aqui, o professor é médico, psicólogo e padre". Assim, o professor Adalberto Oliveira, ex-diretor do Complexo "C" da Ceilândia — demitido por seu apoio à greve dos professores de 1º e 2º Graus — define o papel de um educador na periferia da Capital da República. Para ele, as pessoas mais comprometidas com a problemática da educação estão nas áreas mais pobres, porque lá os professores e funcionários precisam se desdobrar em vários e difíceis papéis, tentando suprir as deficiências e contornar as dificuldades das escolas da periferia.

Falar em carência de recursos na Ceilândia é falar do óbvio. Ela está nas ruas sem infra-estrutura, nas crianças franzinas, e na própria aparência de abandono da cidade. As escolas da Fundação Educacional fazem parte desse cenário. Segundo os professores, faltam desde sanitários, água e iluminação até material pedagógico. Há também o problema da

segurança. Frequentemente ocorrem assaltos e atentados à luz do dia, inclusive dentro da escola. O policiamento é insignificante, mas o Governo do Distrito Federal alega que não há efetivo suficiente para atender toda a comunidade.

O Centro de Ensino n° 8 é um retrato da realidade da periferia de Brasília. O prédio é visivelmente mal cuidado, com a aparência de um lugar abandonado. O mato cresce em volta de toda a escola, inclusive "na área de educação física" que, na realidade, não passa de um terreno baldio onde a prática de qualquer esporte se torna impossível.

Entre dois dos pavilhões da escola, há uma vala aberta com cerca de 50 cm de profundidade, por onde corre água já utilizada. Esse "rio improvisado" é uma das principais diversões das crianças no horário do recreio.

No Centro de Ensino n° 8, bebedouros ou filtros são utensílios aparentemente desconhecidos. Os alunos bebem água nas mesmas cinco ou seis torneiras em que

lavam as mãos. E a água vem de uma caixa que não passa de um buraco no chão, protegido por uma construção de cimento e uma porta fechada a cadeado. A funcionária Ivandy Claudino afirma que, há pelo menos quatro anos, o reservatório de água da escola não é limpo.

Os banheiros são imundos e malcheirosos. Não há a menor condição de higiene ou sinal de assepsia. Além disso, não há uma única lâmpada no banheiro dos meninos, embora a escola mantenha cursos noturnos regularmente.

Nos fundos do prédio, o mato e o lixo não conseguem esconder uma fossa a céu aberto. A pobreza da escola é alarmante. Os recursos do Governo parecem se perder em meio a tantos problemas. A professora Josefa Arcanjo conta que, para lecionar para a sua turma de 2ª série, teve que comprar, ela mesma, o Manual do Professor e os Cartazes Pedagógicos que acompanham suas aulas. Ela disse que não adota livro algum para as

crianças — "elas não poderiam comprá-las".

Há dois meses, foram suspensas as aulas do curso noturno. Os professores, ameaçados de morte pelas gangs que atuam na região (alguns dos componentes dos bandos são os próprios alunos) recusam-se a lecionar. Enquanto a Fundação tenta encontrar novos professores que se disponham a enfrentar a situação, os estudantes permanecem longe das salas de aula.

A escola é apenas uma pequena parte do grande universo que é a cidade de Ceilândia. O problema, parece ser muito mais social do que educacional. Muitas das crianças realmente parecem frequentar as aulas apenas para ter direito ao lanche. A verdade é que a situação é muito grave. Os educadores já comprovaram ser impossível aprender com fome. Além da fome, no Centro de Ensino n° 8, os alunos ainda têm que enfrentar a sujeira, a falta de recursos e o aparente desdém das autoridades. Um quadro "negro" que não facilita em nada a aprendizagem.

Versão oficial: segurança no DF não é das piores

Andréa Quintiere
Marcus Vinícius

Os grandes centros urbanos como o Rio de Janeiro e São Paulo já aprenderam a conviver no dia-a-dia com problemas como a violência, a insegurança e a marginalidade. É difícil saber que Brasília, uma capital projetada para abrigar 600 mil habitantes e cuja população atual já se aproxima da casa dos 2 milhões, tivesse que enfrentar as mesmas dificuldades com apenas 27 anos de existência. A rotina da falta de segurança, que sempre esteve presente nas cidades-satélites e vem ganhando mais destaque no Plano Piloto, se apresenta diretamente ligada a questões sociais como, por exemplo, a incapacidade do Distrito Federal absorver o grande número de migrantes que aqui chega todos os dias em busca de uma melhor chance de vida que é negada em todos os sentidos (emprego, moradia, educação, etc). Sem essas condições, a distância entre a marginalização e a criminalidade só tende a diminuir. Para os órgãos de segurança do DF, porém, a situação não é das piores se comparada com outras metrópoles brasileiras.

"Segurança no Brasil é um negócio muito sério". A afirmação é do secretário de Segurança Pública do DF, Olavo de Castro, que em setembro do ano passado realizou uma conferência para em conjunto com as Polícias Civil e Militar, o Corpo de Bombeiros e o DETRAN analisarem esses problemas. Nessa reunião foram enumeradas algumas causas para a violência, como a desagregação familiar, o meio social, o desemprego, a baixa renda, entre outras. Para uma correlação foram analisadas como consequência as atuações desses órgãos de segu-

rança e da legislação penal. A partir das avaliações tiradas nessa conferência, o Secretário conclui que não cabe à polícia atacar as causas e que a situação de Brasília não é tão ruim. "Se formos comparar com outras cidades, pode-se dizer que Brasília está num mar de rosas", acrescentou.

As atuais condições de segurança do DF são consideradas boas, mas não ideais. A penitenciária da Papuda, por exemplo, foi construída para 350 presos e atualmente abriga 500. O mais curioso é que cerca de 3 mil condenados estão soltos pelas ruas aguardando vaga. "O juiz manda para a penitenciária os mais perigosos", disse o Secretário, que está aguardando uma liberação de verbas da ordem de 1 bilhão e 200 milhões de cruzados para a construção de um novo presídio. As Polícias Militar e Civil são reconhecidas como boas por Olavo de Castro, apesar de seus contingentes serem insuficientes. A militar necessita de 18 mil homens e possui 6 mil o que atende apenas 24% das necessidades. O mais agravante ocorre na área composta por Taguatinga, Ceilândia e Brazlândia onde a PM possui apenas um batalhão incompleto. Quanto à Polícia Civil, a situação é semelhante e a prova disso está no resultado do concurso público realizado recentemente, no qual dos nove mil candidatos às 650 vagas, apenas 211 conseguiram aprovação para completar um quadro de três mil homens, quando são necessários 9 mil. O Secretário disse também que a polícia tem atuado bem e muitos casos têm sido resolvidos, mas "sucesso da polícia não vende jornal". Finalizando o Dr. Olavo afirmou ser necessária uma maior participação popular e principalmente que a legislação penal seja reformulada.

Mas 1ª DP já tem 4 mil casos

Estelionato, estupro, furto e roubo. Estas são as queixas mais frequentes da 1ª DP, que tem como área de atuação um dos locais privilegiados de Brasília, a Asa Sul, e registra o maior número de ocorrências: 4 mil apenas este ano, sem contar com os acidentes de trânsito, uma média de 50 por dia. Apesar dos números, o delegado titular, Francisco Feitosa, afirma que a situação é boa em relação aos grandes centros urbanos.

A implantação de um computador facilitou o trabalho de registro das ocorrências, que podem chegar a 120 por dia. Mas as facilidades não são muitas. Contando com apenas 25 viaturas, o delegado reclama da "falta de colaboração do povo". Segundo ele, as pessoas têm medo de fazer as denúncias, de prestar depoimentos, e isso acaba criando mais dificuldades e uma imagem negativa. Mas Feitosa se mostra otimista, e acredita que "90% da população confia mais na Polícia Civil que na Militar", justificando que a Polícia Militar é orientada para uma ação repressiva mais intensa.

Um fator de preocupação para o delegado são os crimes que se apoiam na má formação. "O povo

brasileiro é 70% ignorante", ressalta ele, e acrescenta que a escola deveria garantir uma melhor formação moral. Esta opinião é compartilhada pelo delegado do Núcleo Bandeirante, Everardo. Ele defende a implantação de um currículo obrigatório para as escolas de 1ª e 2ª Graus, com noções de Direito, respeito, além de esclarecimentos sobre os tóxicos e as ações penais que recaem sobre cada tipo de crime.

Mas existe ainda o que o delegado Feitosa classifica como "crime do apadrinhamento", onde as pessoas cometem as infrações já levando em conta aqueles amigos e parentes de influência, que poderão dar uma "aliviada" junto ao delegado. Muito comum aqui em Brasília, capital do poder. (Você sabe com quem está falando?).

Além destes problemas, o delegado da 1ª DP tem consciência que a estrutura da legislação penal é fraca. As penas deveriam ser mais duras, já que recursos como o "habeas corpus" e a fiança acabam desvirtuando a sentença e colaborando para a impunidade. Resta saber se o problema está no tamanho da pena, na estrutura social ou eficácia do sistema policial do DF.

No Plano, a história é outra

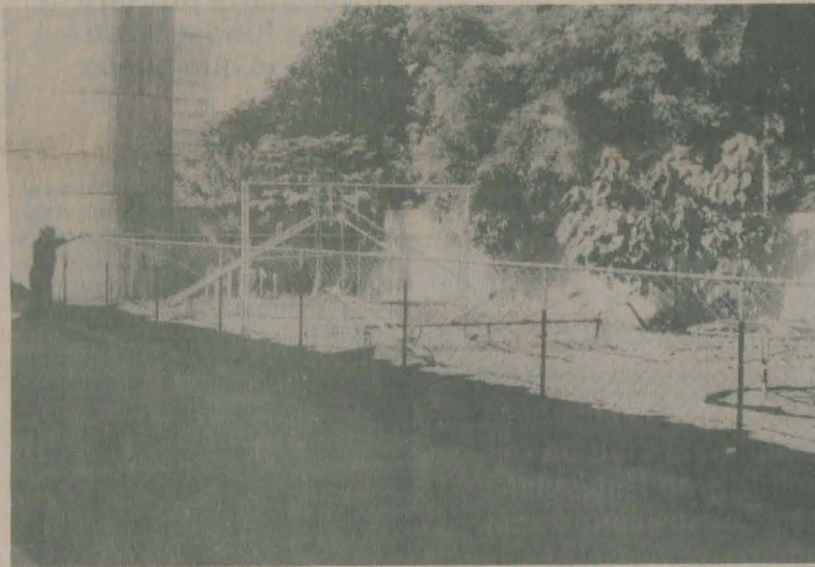
As escolas da Fundação Educacional do Distrito Federal, principalmente aquelas da periferia, são famosas por suas deficiências. Mas, em algumas escolas do Plano Piloto é possível notar que a situação é diferente. Uma delas é a Escola Classe da 314 Sul. Lá o prédio é bem conservado e limpo e com cheiro de desinfetante. O pátio, bem-cuidado, não parece oferecer qualquer risco à segurança dos alunos. Na hora do lanche, as crianças não encontram os pratos de sopa, feijão ou macarrão que são fornecidos pela Fundação. Em lugar deles, frutas, iogurte e cachorro-quente.

Segundo a diretora Dayse Borges, esse quadro totalmente diferente é possível graças à contribuição da APM — Associação de Pais e Mestres — que colabora com boa parte dos recursos da Escola. Somente no ano passado, a Associação arrecadou cerca de 120 mil cruzados. As crianças contribuem mensalmente com uma quantia que varia de acordo com a

renda dos pais. A maior parte do dinheiro recolhido é destinada ao lanche. O restante é gasto com manutenção das instalações da escola, material escolar e de limpeza. Mas, segundo o professor Adalberto Oliveira, do Complexo "C" da Ceilândia, apesar de a APM contribuir efetivamente com a escola, a história é outra: a Fundação Educacional oferece um tratamento diferenciado para as escolas da periferia e as verbas do Governo dificilmente chegam intactas a Ceilândia.

A Escola Classe da 314 Sul é aparentemente perfeita. Mas, de acordo com seus professores, ela está longe de ser considerada modelo. Eles afirmam, por exemplo, que a manutenção da escola, que está a cargo da Fundação, é lenta e incompleta.

Ainda assim, uma escola arrumada e limpa é uma estranha e grata surpresa dentro do caos que se instalou na Educação Pública de Brasília. O problema é que a Escola Classe da 314 Sul é ainda apenas uma exceção.



Algumas escolas do Plano Piloto, como a Escola Classe da 314 Sul, vivem uma realidade diferente: quadras de esporte, lanche farto e variado e muita limpeza compõem um quadro bastante estranho às outras escolas da FEDF.

Metrô de US\$ 1 bi é rejeitado em seminário

Augusto Rodrigues

O atual sistema de transporte de massa do DF encontra-se hoje praticamente no caos. Problemas como a explosão demográfica, a renovação das frota dos ônibus e a demanda de passageiros nas horas de pique, formam o quadro de uma cidade com menos de trinta anos. Em cima desta constatação, o GDF, com base num relatório sobre alternativas de transporte de massa para o DF, do Instituto Mauá de São Paulo, esteve junto a alguns bancos internacionais tentando obter verbas em torno de 155 milhões de dólares para o início da implantação de um sistema de metrô para o Distrito Federal.

O Núcleo de Estudos em Transportes da UnB, promoveu nos dias 19, 20 e 21 de maio no auditório da Faculdade de Tecnologia um seminário com o tema TRANSPORTE DE MASSA EM DEBATE, no qual foi discutido amplamente essa implantação do metrô para o DF, como forma alternativa para o transporte de massa. O seminário contou com a participação de representantes da Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes Urbanos — GEIPOT, Empresa Brasileira de Transportes Urbanos — EBTU, CNPq, Metrô de São Paulo, GDF, Entidades de Classe, e dos Departamentos de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo, e Economia da UnB.

Segundo o prof. José Galbinsky da Comissão de Planejamento e Impactos na Estrutura Urbana, os aspectos que mais chamaram a atenção durante os debates foram aqueles em que o plano apresentado seria um plano setorial de transportes e não um plano global para o DF. Portanto, ele se recen-

te de vários tópicos dentre eles, contradições como: se baseia fundamentalmente em atender uma demanda prevista no PEIOT — Plano Estrutural de Organização Territorial, elaborado há mais de dez anos atrás. Esse plano previa a reserva da área da bacia do paranoá, ou seja, não seriam colocados novos contingentes populacionais. Recentemente o arquiteto Lúcio Costa, com o plano Brasília Revisitada, aprovado pelo atual governo do Distrito Federal, apresenta exatamente o contrário, uma concentração de população na periferia do Plano Piloto e dentro da bacia do paranoá.

Um outro aspecto é o que diz respeito à projeção de demanda em análises populacionais feitas no PEIOT, portanto há dez anos atrás, numa cidade que só tem 27 anos de existência, com dados substanciais, que mostram taxas de crescimento enormes e projetadas simplesmente para o futuro, com cifras alarmantes tanto de população concentrada quanto de concentração de empregos no DF. Esse plano se propunha a apresentar alternativas, o que não foi feito.

Para Galbinsky, o projeto de implantação do metrô proposto pelo Instituto Mauá é setorial e envolve gastos enormes que não caberiam dentro da atual situação econômica do País.

Na realidade, foram apresentadas não-somente análises de variações sobre o mesmo tema — metrô — e o que foi solicitado nos debates é a reversão desse modelo com tendência concentrada.

O prof. Galbinsky indaga ainda, por que não analisar processos de planejamento urbano desconcentrados e transformar as cidades-satélites naquela ideia original de ter seus próprios empregos e não exclusivamente no Plano Piloto. Ele ainda acrescenta que, "mantidas essas proporções, se hoje a gente vê parte da frota estacionada ao longo do eixo, fora das horas de pique, porque não tem demanda, no futuro nós vamos ver o próprio metrô estacionado fora das horas de pique, com custos alarmantemente altos, porque o metrô custa mais caro parado, exatamente porque mantém as tendências conservadoras atuais, que é um absurdo".

Em termos operacionais e econômicos, também o plano apresentado pelo Instituto Mauá, é totalmente inviável visto que o custo total para a implantação do sistema estaria em torno de 1 bilhão de dólares, o que para o momento atual brasileiro é simplesmente estorpecioso, e não resolveria a curto e médio prazo a situação do transporte de massa do DF.

A alternativa que o seminário sugeriu, foi a de dar uma parada nesta tendência de implantar o sistema de metrô para o DF, e urgentemente instituir grupos de trabalhos permanentes de planejamento urbano, que analise alternativas reais de planejamento urbano, juntamente com um grupo de transportes.

Muita grana é queimada na pira do Aparecido

Aliene Coutinho

No dia 21 de abril ele foi inaugurado. Tem 12 metros de altura, 35 degraus e é todo feito em mármore e concreto. Seu custo total foi de 2,5 milhões de cruzados e sua manutenção prevista é de 600 mil cruzados mensais. Esse é o perfil do mais novo monumento de Brasília: a pira, oficialmente conhecida como "Monumento do Fogo Simbólico da Pátria".

Toda essa imponente monumentalidade abriga uma chama de aproximadamente um metro de altura, que consome 20 quilos de gás por hora, o equivalente ao consumo diário de 35 "bujões" caseiros. Diariamente, são gastos 104 mil cruzados apenas para cobrir as despesas com o gás liquefeito, que em abril foi reajustado em 30 por cento.

Construído com verba doada pelo Banco do Brasil sua manutenção fica por conta da Petrobrás. Foi idealizado pelo governador José Aparecido para completar o Conjunto Cívico, como agora é chamado o Pantão da Pátria, o Mastro, considerado símbolo da ditadura, que alguns meses correu o risco de remoção da Praça dos Três Poderes, a pira vem causando muita polêmica.

As opiniões são convergentes. A maioria, aquela que quase nunca sabe para onde foi seu salário que a cada dia diminui, acha que "Brasília já tem monumento demais para se construir mais um, parecendo coisa da velha república" como disse Juracy Lara, jornalista. Ou mesmo que "no atual momento de crise que o País vem passando, verbas gastas com esse tipo de construção poderiam ser melhor empregadas" como salientou Roberto J. Matos, comerciante.

Com o gasto mensal da pira, ou seja, 600 mil cruzados se poderia comprar 167 cestas básicas, contendo 13 produtos, café, açúcar, manteiga, óleo, pão, carne, farinha de trigo, banana, feijão, arroz, ovos, tomate e batata, alimentando dessa forma várias famílias. Isto utilizando o cálculo da cesta para o mês de abril divulgado pelo DIEESE, que foi de Cr\$ 1.192,66.

A UnB pediu ao Ministério das Comunicações um canal de frequência modulada para ter sua rádio. O ministro Antonio Carlos Magalhães, porém, entregou o único canal disponível ao Governo do Distrito Federal, que não tinha sequer solicitado a concessão.

A história é toda mal contada e tanto no GDF quanto no Ministério das Comunicações o silêncio é total. O sistema de concessões, que a "Nova República" quer manter, permite coisas assim. Mas, a UnB reagiu contra a decisão do governo e está se mobilizando para lutar pela Rádio, uma aspiração de toda a comunidade.



UnB leva golpe de mestre

Luiz Fernando Molina

Uma verdadeira trama mafiosa é o que está se revelando a concessão ao Governo do Distrito Federal, do canal da Rádio Universitária, que estava destinada à UnB. Isto é o que mostra o desdobramento dos fatos, após a veiculação da notícia da concessão. A começar por ela própria, que é falsa.

Ao contrário do que dizia a fraudulenta notícia, o canal não foi oficialmente concedido ao GDF. Isto porque simplesmente não havia nenhum processo nesse sentido. O GDF jamais pleiteou este canal. Não existe uma única linha sequer de um projeto. Aliás, o Governo do Distrito Federal jamais imaginou ter uma estação de rádio, mesmo porque ele é impedido pela legislação do próprio Ministério das Comunicações (Decreto-lei nº 236, de 1967). O que foi assinado, então, na manhã do dia 29 de abril último, em cerimônia no Palácio do Buriti, pelo governador José Aparecido e o ministro Antônio Carlos Magalhães, ninguém sabe dizer. Nem mesmo os assessores deles. Pode ter sido um termo de compromisso ou até mesmo uma receita de bolo.

A Universidade de Brasília, no dia 5 de maio, encaminhou um ofício ao ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, com a finalidade de obter inteiro teor dos atos que embasaram a concessão, além de publicar uma Nota à população "a bem da verdade e da transparência de que devem revestir as decisões governamentais". O ministro não respondeu nem ao ofício, nem à nota. Ao que parece, as decisões governamentais estão muito turvas, longe de serem transparentes. Nenhum dos funcionários do segundo escalão do GDF ou do ministério tem conhecimento desse processo. Nem mesmo o número do protocolo do pedido do GDF é possível de se obter, o que, numa situação de normalidade, é mais do que praxe.

Os personagens e o crime Apesar de todo o obscurantismo das ações do Governo, é pos-

sível levantar alguns dados importantes. Cada dado novo só confirma a escabrosa manobra política, arquitetada por elementos da alta cúpula governamental, com o objetivo de prejudicar a universidade.

Jorge Bornhausen — Banqueiro, senador pelo PFL, e ministro da Educação. Esteve recentemente em conflito direto com a UnB e demais universidades do País, devido à greve nacional de professores e funcionários que terminou há quase um mês. Bornhausen demonstrou uma incrível inabilidade e indisposição para o diálogo, mas acabou cedendo aos professores, que tiveram uma significativa parte de suas reivindicações atendidas. Até hoje procura-se saber qual é a ligação existente entre esse homem e a Educação.

Antônio Carlos Magalhães — Ministro das Comunicações, PFL, ex-PDS. Velho homem da política nacional. Muito famoso pelos

Bornhausen, Antônio Carlos Magalhães, José Aparecido e José Sarney são os personagens principais da trama mafiosa que tirou da UnB o direito de ter sua rádio universitária.

vários escândalos ligados ao seu nome. O mais recente foi a negociação com o presidente das Organizações Globo, Roberto Marinho. Em troca por ter facilitado a compra de uma importante indústria de material de telecomunicações, a NEC, o dono da Globo transferiu para a emissora de propriedade da família do ministro, na Bahia, o direito de transmissão dos programas daquela rede. A ligação entre Magalhães e as Comunicações não funciona nem como rima.

José Aparecido — Governador do Distrito Federal, PMDB. Ultimamente ele vem sendo chamado de "Zé Desaparecido", pois está há quase um mês ausente do País, num momento de grandes

difficultades nacionais, inclusive com o GDF tendo enfrentado sérias greves nas últimas semanas. O secretário da Cultura e do Trabalho do DF, D'Alembert Jacoud, é um dos que estão ansiosos pela volta do Governador, pois desconhece totalmente o assunto da rádio e não soube até agora responder às indagações sobre a concessão. Disse apenas que se basearia no projeto feito pela UnB para a elaboração do seu projeto, mesmo que piorado, uma vez que o que conta para definir a concessão não é a qualidade dos mesmos, e sim o cacife político que está por detrás deles.

José Sarney — ...

São várias as suposições que surgem na UnB, na tentativa de se elucidar o que está acontecendo, uma vez que o Ministério e o GDF têm agido às escondidas. Uma delas é que o boicote à universidade é uma iniciativa do MEC, como revanche por ter sido a UnB uma espécie de "carro-chefe" no último movimento de greve. Uma outra versão estaria baseada nos desentendimentos já ocorridos entre a reitoria e o GDF. Há uma terceira que é uma análise mais ampla e também mais coerente com o processo. Alguns professores acreditam que, ao passar pelo crivo do SNI (outra praxe) o projeto foi vetado. Isto devido a um conjunto de razões que soma as já citadas a um preconceito em relação à Universidade, no sentido geral, por parte dos militares e governantes que conduziram a "revolução" de 64. Para eles, a universidade não passa de um centro difusor de subversão marxista. Como entregar a concessão a uma empresa privada seria um escândalo ainda maior, eles optaram por dá-la ao GDF, e tudo continuaria sob o devido controle.

Tão logo foi publicada a notícia da concessão, as reações foram se desencadeando. O senador Pompeu de Sousa fez severo pronunciamento no Congresso protestando contra a imoralidade do ato do Ministério das Comunicações, e está articulando uma audiência com o

ministro, em conjunto com os parlamentares da bancada do DF.

Na UnB, um grupo de alunos está organizando o Movimento Pró-Rádio, que fará um trabalho de mobilização de toda a comunidade universitária em torno da questão.

Paralelamente a isto tudo, a UnB está tomando providências, e pretende lutar também no campo jurídico. A nota divulgada pela reitoria no último dia 10 teve repercussão imediata no Ministério, apesar deste se manter em silêncio. Segundo fonte do gabinete do Ministro, eles agora estão tomando todas as precauções para que tudo saia dentro da mais perfeita legalidade. No entanto, o crime deixou de ser perfeito no dia em que anunciaram a concessão ao GDF antes do fato ter se consumado.

Depois de reter o processo da UnB durante muito tempo, tudo indica que o Ministério das Comunicações arranhou uma justificativa para indeferir-lo. A Assessoria Jurídica do MiniCom, que já tinha dado o seu parecer favorável, voltou atrás, argumentando que, com a recente Lei de Equiparação Salarial (13/4/87), todas as Fundações passam a ser de administração indireta do Governo, esbarrando assim, na Radiobrás, a quem cabe, por lei, explorar as emissoras ligadas a órgãos federais. O assessor jurídico da UnB, Eugênio Aragão, rebate prontamente, dizendo que a Fundação Universidade de Brasília é uma entidade pública, porém de direito privado, tornando assim improcedente a negativa do Ministério.

Estado e cultura, a união sempre difícil

Susana Dobal e Cátia Abreu

"A cultura receberá um tratamento especial na Constituição, com o projeto do senador João Calmon que propõe a destinação orçamentária de dois por cento da arrecadação de impostos da União e três por cento dos Estados e municípios especialmente para ela", afirmou o deputado Hermes Zanetti, presidente da Subcomissão de Educação, Cultura e Esporte. "O dinheiro público é muito mal gerenciado e quando vejo aumentar o bolo, longe de me maravilhar, eu me assusto", comenta Luís Humberto, professor de Políticas Culturais e chefe do Departamento de Comunicação na UnB.

O anteprojeto da Subcomissão é bem vago; há deliberações como preservar o desenvolvimento da língua portuguesa, assegurar o livre acesso aos meios e bem culturais, respeito aos direitos culturais do outro, etc. A ideia é que, depois de elaborada a Constituição, haja um detalhamento maior numa legislação ordinária feita com a participação de entidades representativas.

Segundo o deputado Zanetti, a participação popular vai ser fundamental para que dê certo o casamento entre Cultura e Estado. Ele conta com essa participação através de conselhos formados por representantes da comunidade que irão determinar a distribuição da verba e fiscalizar a sua aplicação.

Quanto à censura, um novo

conselho seria criado, mas encarregado apenas de uma "orientação mais ética". A posição majoritária da subcomissão é haver censura só na TV: "Nós vivemos numa sociedade em que o nível de conhecimento do povo não atingiu o nível das informações que vêm através da televisão", argumenta o deputado. Ele conta que um dos membros da subcomissão trouxe uma relação de filmes pornográficos liberados pela Justiça do Rio, "que causou um certo mal-estar só pela leitura dos títulos, especialmente pela forma apaixonada com que os lia e o espanto pelo qual ele mesmo ia sendo tomado".

Como querer juntar Estado e Cultura? Na área financeira a experiência prática de Luís Humberto não descarta a iniciativa privada como uma forma de impedir o paternalismo e oficialismo estatal: "É preciso acabar com um certo pudor, lembrar que independentemente da ideologia de cada um, nós estamos dentro de um sistema onde essas coisas são dados concretos da sociedade, de maneira que você tem que comprometer a iniciativa privada como um possível apoio do processo cultural".

Nas próprias palavras do deputado nota-se sua descrença no Estado: "Penso que não podemos esperar muito do poder público, nós, o povo temos que construir as condições de rebelião necessária à manifestação cultural, de agressão a esta realidade". Basta reparar que ele opõe o poder público ao povo.

Trabalho e elogios não garantem a concessão

O percurso da UnB em direção ao seu canal de FM, até o dia do golpe:

11 de outubro de 1985 — criação do canal 265 E, classe B, com a alteração do Plano Básico de Distribuição de Canais de Radiofusão Sonora em Frequência Modulada, conseguido através de gestões da UnB com o MiniCom.

21 de fevereiro de 1986 — UnB envia ofício ao ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, pedindo reserva do canal e o início do processamento da outorga de concessão. Em abril a reitoria nomeia uma comissão para elaborar o projeto de programação e viabilidade técnica.

22 de dezembro de 1986 — UnB encaminha ao Ministério das Comunicações e à Funtevê — Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa do Ministério da Educação — o projeto da rádio UnB, devidamente aprovado pelo Conselho-Diretor da Fundação Universidade de Brasília.

22 de fevereiro de 1987 — A direção da Funtevê envia ofício ao reitor comunicando a aprovação do projeto e elogiando o excelente nível do trabalho apresentado.

23 de janeiro de 1987 — o secretário de Educação do Distrito Federal, Fábio Bruno, escreve ao reitor Cristóvam Buarque, congratulando-o pela iniciativa em relação à rádio. Empréstimo-lhe "todo o apoio" e deseja-lhe "todo o êxito".

9 de abril de 1987 — É assinado convênio entre GDF e UnB, em que o Governo dá permissão para que se instale a torre de transmissão da Rádio UnB no terraço do Anexo do Palácio do Buriti.

30 de abril de 1987 — É divulgada nos jornais e rádios locais a notícia da concessão do canal 265 E, classe B, ao Governo do Distrito Federal, sem maiores detalhes.

Jornal censura para não perder suas TVs

Francisco Assis Araruna

"Comunicação: o Quarto Poder". Com este título, o repórter Ivan Marinovic, do *Jornal de Brasília*, formado pela UnB, preparou matéria sobre o poder da comunicação e a política governamental de concessões de canais de rádio e televisão. Levantou exaustivamente a legislação sobre o assunto, com depoimentos de especialistas que apontam basicamente para o uso de um bem social para fins clientelísticos, partidários e até mesmo pessoais que, no fim das contas, segundo o repórter, balizam os critérios da concessão. Após uma exaustiva semana de trabalho, o repórter entregou o texto para tratamento final no *Jornal de Brasília*, confiante em vê-lo publicado ocupando toda a primeira página do segundo caderno, no dia da abertura da Assembleia Constituinte, 1º de fevereiro.

O dia seguinte, pareceu um "day after", como no filme sobre o holocausto nuclear, pelo menos para aqueles que se preocupam com a democratização dos meios de comunicação em nosso País. A

matéria foi inteiramente censurada e vetada pelo editor-chefe, que chegou mesmo a rasgar o fotolito, conforme afirma Ivan.

Repórter amador

Justificando o veto, o editor do *Jornal de Brasília*, Carlos Sáfiadi, disse que a matéria contrariava flagrantemente os interesses da empresa pois, segundo ele, os repórteres devem trabalhar defendendo os interesses do jornal. Essa orientação existe todos os dias em todas as redações. "Seria mesmo idiotez pensar que uma empresa cedera espaço em seu próprio veículo para ser contrariada em seus interesses. Os repórteres não podem fazer uma matéria a seu gosto, pois os editores existem exatamente para essa finalidade", disse Sáfiadi. Observou que "não houve censura, mas sim profissionalismo e bom-senso frente ao problema do amadorismo do repórter".

Medo de represálias

Ivan Marinovic disse que o veto se deu porque na matéria ficava claro o clientelismo político e empresarial em detrimento do interesse público que deveria imperar nos veículos de comunicação. Ele acrescenta ainda que o *Jornal de Brasília* não quis ver questionado o poder que detém, que é o poder de informar. A matéria, segundo Ivan, abordou aspectos genéricos da comunicação sem citar nomes ou empresas, a não ser "as falcatruas do ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães". Ivan imagina que o medo de represálias do vingativo ministro junto ao jornal motivou o veto. Vale ressaltar que o *Jornal de Brasília* pertence a uma empresa que possui várias emissoras de rádio e televisão no Estado de Goiás e cuja concessão depende do ministro das Comunicações.

Enfim, a matéria vetada foi substituída por um imenso "calhau", um tapa-buraco de página inteira: uma estampa de uma enorme bandeira nacional com os dizeres: "Que este País se constitua na maior democracia".



Ivan e a página censurada

A NOSSA RÁDIO ESTÁ POR UM FIO.

Entrega de rádio ao GDF surpreende UnB

Rádio gera polêmica entre UnB e o governo

Uma rádio alternativa, onde a comunidade participa mesmo. Uma rádio criativa, com uma programação diferente das outras emissoras. Uma rádio que está com a cidade, a serviço dela. Uma rádio educativa e cultural, que abre espaço a novos talentos. E acima de tudo, uma rádio prevista pela lei de criação da Universidade, e que estava quase em nossas mãos. Mas este sonho vai se realizar! Entre no ar e participe do Movimento Pró-Rádio/UnB.

MOVIMENTO PRÓ RÁDIO